



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - LEI ROUANET			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0100/17	DATA: 21/03/2017	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 14h49min	TÉRMINO: 17h13min	PÁGINAS: 78

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

SOLIELSON GUETE - Maestro.

SUMÁRIO

Esclarecimentos sobre fatos relacionados ao objeto de investigação da CPI.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção inaudível.  
Há palavra ou expressão ininteligível.  
Há oradores não identificados.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da CPI - Lei Rouanet.

Com as Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores assessores, imprensa, nós queremos dar início aos nossos trabalhos.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da Ata da 18ª Reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Dispensada a leitura da referida ata a pedido do Deputado Izalci Lucas.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, passo à votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Informo a V.Exas. que a CPI convidou o Maestro João Carlos Martins, juntamente com o Maestro Solielson Guete, para participar da audiência pública. O Maestro Solielson prontamente nos informou da possibilidade de comparecimento, mas o Maestro João Carlos Martins, por questões profissionais, por compromissos assumidos anteriormente para o dia de hoje, não pôde comparecer e se disponibilizou a fazê-lo em qualquer outro momento. Além disso, ele enviou uma carta que oportunamente será lida. Ela já está à disposição dos queridos Parlamentares, caso queiram fazer sua leitura.

Eu não a lerei, porque são quatro páginas e queremos dar celeridade aos nossos trabalhos. Além disso, o nosso Relator, o Deputado Domingos Sávio, já está aqui e há Deputados que querem participar de outras Comissões que funcionam concomitantemente a esta.

Esta reunião ordinária foi convocada para, em audiência pública, discutirmos sobre fatos relacionados ao objeto de investigação da CPI, com a exposição do Sr. Solielson Guete, conforme solicitado pelo Requerimento nº 108, de 2017, aprovado por esta CPI.

Eu quero convidar o Sr. Solielson Guete para tomar assento à mesa, sentando-se à esquerda do nosso querido Relator Domingos Sávio.



Antes de passar a palavra ao expositor, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. O tempo concedido ao expositor será de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá de 30 minutos para suas considerações. Cada Deputado membro inscrito terá o prazo de 5 minutos para tecer considerações. Cada Deputado não membro inscrito terá o prazo de 3 minutos para tecer considerações.

Neste momento, agradecendo desde já a presença e a disposição de estar conosco, em atendimento ao convite desta CPI, quero passar a palavra ao Maestro Solielson Guete.

Muito obrigado pela sua presença. Conforme já anunciado, V.Sa. dispõe de 20 minutos para fazer a exposição, contribuindo com esta CPI, que é tão importante para o setor da cultura do nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Boa tarde, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Relator. Eu não estou acostumado com esse tratamento. Talvez eu me equivoque e acabe por chamá-los de senhor ou de você, por falta de costume. Peço desculpas antecipadamente. (*Risos*).

Aceitei prontamente o convite, porque eu acho que é de interesse dos artistas brasileiros a Lei Federal de Incentivo à Cultura, bem como a manutenção, melhoria e fiscalização desse mecanismo de incentivo à cultura. Todos nós sabemos que muitas vezes ela é mal usada, mas é importante para o fomento e a difusão de algumas expressões artísticas, principalmente as não comerciais, não midiáticas, como, por exemplo, a área em que atuo — a de música erudita.

Eu penso que existem algumas falhas de procedimento para a aprovação de alguns projetos. Acredito que não seja por má-fé, mas falta procedimento e normatização. Inclusive foi por esse motivo que eu fui convidado para estar aqui. Meu nome apareceu em um projeto que não era de meu conhecimento. Da mesma forma que o meu colega Maestro João Carlos Martins, eu soube pela imprensa. Sobre isso nós vamos respondendo as questões dos Srs. Deputados.

Não tenho muito mais a falar por enquanto.



Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Obrigado, nobre e querido maestro.

Dada a relevância do teor da carta do Maestro João Carlos Martins e haja vista sua célere apresentação e contribuição, eu vou ler a referida carta para ajudar o Relator.

*Exmo. Sr. Deputado Alberto Fraga,*

*DD Presidente da CPI - Lei Rouanet*

*Em resposta ao Ofício nº 345/17-P, datado do dia 16 de março de 2017, onde, nos termos do Requerimento nº 112/17, de autoria do Senhor Relator Deputado Domingos Sávio, e face à impossibilidade de aceitar o convite a mim encaminhado para participar de Audiência Pública que ocorrerá no próximo dia 21 de março, às 14h30, tendo em vista concerto anteriormente agendado em Santos no dia 20 de março e o início das gravações das vídeo aulas do projeto "Orquestrando São Paulo" no dia seguinte, venho por meio desta expor os fatos de que tenho conhecimento e que, espero, possam colaborar com o trabalho desenvolvido por este colegiado.*

*Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Presidência e todos os membros desta CPI por colocar a Lei Rouanet nos caminhos que o Brasil merece. Tenho acompanhado os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito e estou convicto de que resultará numa enorme contribuição para o aperfeiçoamento deste instrumento tão caro a nós artistas, que é a Lei Rouanet.*

*Por outro lado, posso afirmar que tive a oportunidade de dar uma demonstração de compartilhar dos ideais desta CPI, quando, ao saber, através da coluna do jornalista Ancelmo Góes, da aprovação de um projeto de 25 milhões de reais em meu nome, telefonei*



*imediatamente para o Ministério da Cultura e para o próprio jornalista para o esclarecimento dos fatos.*

*No primeiro caso, para pedir o cancelamento do projeto e, no segundo caso — o do colunista —, para que publicasse no dia seguinte, na mesma coluna, o meu pedido pelo cancelamento do projeto, tendo em vista que jamais autorizei que a empresa proponente utilizasse meu nome para a realização de uma turnê.*

*No dia 19 de novembro de 2013, soube que o jornalista Ancelmo Góes publicou em sua coluna uma nota referindo-se à autorização de captação de cerca de 20 milhões de reais para uma turnê que eu realizaria por uma produtora chamada Rannavi.*

*Tal informação me causou espanto, pois não encontrava respaldo em qualquer dos projetos desenvolvidos pela Fundação Bachiana. Jamais tinha ouvido falar de tal produtora.*

*Imediatamente entrei em contato com o Ministério da Cultura para saber do que se tratava, pois em nenhum momento tive conhecimento ou autorizei a apresentação de projeto neste montante. Fui atendido por uma das secretárias da Ministra e perguntei como seria possível a aprovação de um projeto pela Lei Rouanet sem que dele constasse a autorização do artista. Após idas e vindas, repeti a mesma pergunta a um servidor que me atendeu, ao que ele me respondeu que, tendo em vista tratar-se de um grupo musical numeroso como é uma orquestra, eles não solicitavam a autorização de todos os músicos durante a avaliação da proposta. Repliquei dizendo não achar adequado este procedimento, especialmente no caso em que o nome do maestro é utilizado para denominar o projeto.*



*No mesmo telefonema pedi que fossem tomadas as providências necessárias ao cancelamento deste projeto e de sua autorização, pois eu jamais participaria do mesmo. Disse a ele que, caso tais providências não fossem tomadas de imediato, eu mesmo me dirigiria a Brasília para fazê-lo formalmente e por escrito. O referido servidor me assegurou que a proposta seria cancelada e disse para que eu não me preocupasse, pois todas as providências para tanto seriam tomadas.*

*Feito isso, entrei em contato com o jornalista Ancelmo Góes, que admiro e respeito, e lhe passei a verdadeira história, solicitando que publicasse na mesma coluna a retificação da nota anteriormente publicada. No dia seguinte, realmente, Ancelmo Góes publicou fielmente minhas palavras.*

*Assim foi feito, e, no dia 21 de novembro de 2013, foram publicadas as seguintes notas, sob os títulos:*

*“O maestro e os milhões: João Carlos Martins soube pela coluna que a produtora Rannavi foi autorizada pelo Ministério da Cultura a captar, pela Lei Rouanet, até R\$19.957.292,98 para uma turnê por seis cidades regendo a Orquestra Bachiana Firlamônica. O grande maestro entrou em contato com o MinC e avisou que não deu nenhuma autorização.*

*E mais...: Martins sentenciou: - Música se faz com ideais e não com milhões”.*

*Evidentemente diante de tal fato, minha assessoria passou a acompanhar através do site do Ministério da Cultura, e também através de alguns telefonemas, o desenrolar deste caso e, finalmente, no dia 02 de janeiro de 2014 a proposta foi arquivada por não atender diligências técnicas.*



*O Brasil conhece os meus projetos, não só da Bachiana Filarmônica, como os de inclusão social, e pessoalmente jamais cogitei num valor absurdo equivalente a 25 milhões de reais dentro da nossa experiência de democratização da música clássica.*

*Hoje, ao receber o convite de Vossas Excelências, voltei a buscar informações sobre o referido projeto e fiquei sabendo que a turnê seria realizada com o maestro Soleilson Goethe e eu mesmo. Não me vem a memória ter conhecido tal regente.*

*Também estranhei o fato de constar na proposta que eu apresentaria um pouco da história da música instrumental brasileira junto à música popular. Estou certo de que no Brasil existem músicos muito mais capacitados do que eu para divulgar um tema de tal importância, mas que infelizmente não faz parte do meu cotidiano.*

*É público que, como pianista, dediquei-me à obra de Johann Sebastian Bach. Já, como maestro, tenho dedicado 90% da minha vida às atividades de Beethoven, Mozart, Bach, Brahms, Villa Lobos, Guerra Peixe e Camargo Guarnieri, dentre outros compositores clássicos.*

*Esporadicamente temos realizado, a Bachiana Filarmônica e eu, alguns concertos com grandes nomes da música popular, como Chitãozinho e Xororó, Caetano Veloso, Thiago Abrevanel, Vai Vai, etc... Estas apresentações têm significado como expressão artística, e não como história da música popular brasileira, a qual respeito profundamente. Esta fusão, de um concerto clássico com a participação de um artista conhecido do grande público, tem se demonstrado uma forma eficiente de levar ao conhecimento destas pessoas não familiarizadas com o repertório erudito a excelência da*



*música clássica, o que se coaduna com os objetivos traçados pela Fundação Bachiana.*

*Finalmente, não me lembro de ter conhecido a empresa Rannavi e jamais autorizaria uma captação nesse valor.*

*Reitero que não conheço o outro maestro e também esclareço que sequer teria agenda para realizar esta turnê, em razão dos exaustivos ensaios, concertos e projetos de inclusão social através da música aos quais me dedico.*

*Assim sendo, espero que os esclarecimentos e declarações sobre os quais discorri acima possam colaborar com Vossas Excelências, no sentido de cumprir com os escopos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as irregularidades nas concessões de benefícios fiscais decorrentes em prol da cultura nacional, bem como para o aprimoramento das regras de apoio e incentivo à cultura.*

*Aproveito a oportunidade para reproduzir uma frase do maior compositor brasileiro Villa Lobos, que disse: “Não é um público inculto que irá julgar as artes, e sim as artes é que mostram a cultura de um povo”.*

*A cultura e as artes, em todas as suas manifestações, são o DNA de uma nação.*

*Desejo a Vossas Excelências um trabalho exitoso em favor da cultura pátria, me colocando à sua disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.*

*Atenciosamente,*

*João Carlos Martins*

Solicito à assessoria que junte esta comunicação aos autos.

Passo a palavra ao nosso mui digno Relator.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Sóstenes.

Cumprimento nosso convidado, o Maestro Solielson Guete. Vou iniciar já agradecendo a sua colaboração por estar aqui como convidado. Acredito que a participação de V.Sa. pode nos ajudar especialmente no que é também objetivo desta Comissão: além de investigar, de buscar separar o joio do trigo, também se propõe a elaborar propostas de modificação e aperfeiçoamento da lei e dos mecanismos de controle.

Na mesma linha, considero extremamente positiva a carta que nos foi enviada pelo Maestro João Carlos Martins, esclarecendo até mesmo a indignação que dele tomou conta ao saber que vinha tendo seu nome usado sem autorização.

A pergunta que faço é apenas para reiterar, porque me parece que isso já foi explicitado: V.Sa. também teve o seu nome usado sem o seu conhecimento por este proponente Rannavi Cultural? Ou seja, essa empresa Rannavi Projeto e Marketing Cultural apresentou ao Ministério da Cultura proposta de projeto para captar recurso e lá mencionava o Maestro João Carlos Martins e mencionava também V.Sa., Maestro Solielson Guete.

V.Sa., Maestro Guete, não tinha conhecimento, nunca foi contatado por essa empresa?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, Deputado. Eu fiquei sabendo desse projeto e dessa empresa pela imprensa também, da mesma forma que o Maestro João Carlos Martins.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E com os sócios, os Srs. Fábio Rodrigues Rocha e Rafael Gonçalves Rocha, V.Sa. se lembra de ter tido contato?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu os conheço, mas eu tinha contato com a esposa do Fábio — é Fábio?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Fábio Rodrigues Rocha. O senhor o conhece?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ele, sim. Eu tive contato com a...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ele é promotor cultural?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, ele trabalha... Ele é sócio, eu acho, do filho dela. Na verdade, eu conheci a Leni Rocha. Ela fazia produção cultural, produções de eventos, na verdade. Eu a conheci.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Leni?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Leni. Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Leni Rocha, então, é esposa do Fábio Rocha?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso, exatamente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O Fábio Rocha o senhor conheceu. Mas o senhor chegou, diferente desse projeto, a participar de algum projeto como maestro, como músico, como artista, que tenha sido promovido por ele ou pela Leni?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, nunca.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E ele próprio nunca mencionou que iria incluir o nome do senhor nessa proposta de captação de recursos pela Lei Rouanet?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Eles colocaram indevidamente o meu nome, sem autorização, sem anuência tanto minha, como da orquestra. Inclusive está com o nome errado aqui, no projeto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor, como conhece a esposa do Fábio e o próprio Fábio, tem conhecimento de que eles tenham promovido eventos ou realizado algum tipo de espetáculo ou projeto com recursos provenientes da Lei Rouanet?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não tenho conhecimento. *(Pausa.)*

Pelo que eu pesquisei no *site* do MINC, eles têm estes projetos: um que tem o meu nome citado, outro que é só o nome do Maestro João Carlos Martins e um outro projeto que é de artes plásticas. Não tem mais nenhum outro projeto cadastrado em nome deles.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O que nos chama atenção são os valores muito elevados aprovados por uma empresa cujos principais protagonistas no mundo das artes, os artistas, são especificamente os maestros, já que nós estamos falando de um projeto que seria uma turnê da Orquestra Filarmônica de São Paulo, acompanhado por músicos convidados, sob a regência dos Maestros



Solielson Guete e João Carlos Martins. São valores tão expressivos aprovados sem que os artistas tenham conhecimento e sem que essa empresa — pelo menos nos parece até agora — tenha alguma tradição. Isso mostra uma fragilidade grande.

Qual é a avaliação do senhor? O senhor já atuou em algum projeto aprovado pela Lei Rouanet de outra natureza?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, eu atuei como regente...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor mencionou, inclusive, a sua avaliação de que é uma lei importante.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, exatamente. Sim, participei de projetos, mas projetos produzidos pela Orquestra Filarmônica de São Paulo, não de proponentes terceirizados — somente a Orquestra Filarmônica mesmo. De nenhum outro projeto eu participei.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor poderia nos trazer alguma contribuição que nos ajude a entender como o Ministério da Cultura aprova projetos com uma cifra tão elevada, sem o cuidado de verificar se pelo menos o artista que estaria sendo protagonista da condução daquele projeto? O senhor, inclusive, pelo que nos consta, foi citado, parece-me, como diretor num projeto desses — diretor musical, alguma coisa assim. E nada disso foi comunicado para o senhor?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, porque antigamente o sistema do Ministério era muito frágil. Você entrava em outros projetos, pegava dados de outros projetos e colocava no seu facilmente. Hoje, com o novo SALIC — Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura, isso não ocorre mais.

Mas o que eu posso enxergar nessa situação é o seguinte: foi uma falha pontual. Eu tenho projetos aprovados em que exigiram, inclusive de mim, como próprio produtor, uma carta de anuência — o próprio produtor. Eu estava envolvido com o projeto, eu estava elaborando o projeto. O MINC me solicitou uma carta de anuência antes da admissibilidade. Antes de se tornar projeto, quando ainda era uma proposta cultural, eu fui diligenciado para enviar uma carta de anuência da minha participação, autorizando a minha participação. Eu acredito que foi uma falha pontual de avaliação desse projeto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor falou que já atuou com a Orquestra Filarmônica de São Paulo. É uma orquestra das mais completas do País.



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - São aproximadamente quantos componentes? O senhor tem uma ideia?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim. São de 50 a 60.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foram dois projetos: um de menor monta, de 8,6 milhões, que foi aprovado em 5,3 milhões. Falava-se num custo da orquestra de 1,187 milhão. O Ministério aprovou 636 mil. O senhor tem ideia do custo de uma apresentação da Sinfônica de São Paulo? Isso aqui é de 2013, mas hoje qual seria o custo da apresentação da Orquestra Sinfônica?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É por volta de noventa mil a cento e poucos mil.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Preço de hoje.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - De hoje, por concerto. Depende muito do repertório a ser executado, depende muito da quantidade de músicos na orquestra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Isso mostra que, considerando que já vai completar 4 anos que isso aqui foi apresentado, para os preços de hoje esses já estavam superfaturados.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Pois é.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Há 4 anos, estava superfaturado e aprovado pelo Ministério esse tipo de captação, sem nem ouvir as pessoas que efetivamente estariam sendo protagonistas. Quer dizer, vemos de um lado uma quadrilha que saqueou dinheiro público liderada pelo Sr. Bellini... Eu falo isso porque estou convencido disso, porque as incoerências dos depoimentos dele e dos filhos dele são grandes. Recentemente veio aqui a irmã. Veio aqui, agora na última audiência pública, um jovem que era, segundo palavras dele, induzido a assinar inúmeros cheques em branco e recibos que não eram de serviços realizados efetivamente. É um laranja sendo parte desse processo criminoso, numa ponta evidenciando o processo criminoso.

Por outro lado, nesse episódio — é bom até que se esclareça para quem está nos acompanhando —, nesse caso específico, não se materializou o desvio do dinheiro público. Poderia ter se materializado. Felizmente o Maestro João Carlos Martins, que mencionou isso na carta — e reportagens da época dão conta disso também —, prontamente repudiou essa tentativa. V.Sa. também não deu



sustentação a essa tentativa. Portanto, felizmente, ao não terem contribuído, não lograram êxito aqueles que tentaram apresentar um... Tentaram não. Apresentaram e tiveram aprovado um projeto superfaturado. Está evidente isso. Só nos números que o senhor nos dá, já vemos que houve superfaturamento e que poderia ter sido desviado dinheiro público.

Isso mostra um grau de fragilidade inaceitável ao se autorizar a captação de milhões e milhões, no caso desse projeto, R\$5.362.420,00, para alguém realizá-lo alegando que vai pagar tanto ao maestro A e tanto ao maestro Brasil — isso é só para frisar, exemplificando — sendo que essas pessoas nem autorizadas estavam, nem contatadas foram. É uma verdadeira aberração com o dinheiro público.

Eu não vejo muito o que acrescentar de perguntas. Acho que isso foi importante para documentar nos autos desta nossa CPI o grau de fragilidade do Ministério no processo de aprovação de projetos com quantias vultosas. Uma coisa que é para ser estimulada...

É absolutamente incontestável o valor cultural de uma orquestra como a Filarmônica de São Paulo, reconhecida nacionalmente como um dos patrimônios culturais do nosso País. E ela foi envolvida na aprovação de um projeto muito provavelmente sem que a própria orquestra tivesse conhecimento. Os maestros citados, nenhum conhecimento; o valor, superfaturado. O Ministério aprova o projeto de uma empresa — e nós vamos nos aprofundar mais nisso — que pelo visto não tinha histórico nenhum, lastro nenhum para pegar uma quantia expressiva como essa de dinheiro público, como se dinheiro fosse capim. Vão pegando dinheiro público e vão entregando para quem apresenta projeto, sem nenhum critério para verificar a seriedade da execução.

Aí, depois, é claro que você vai encontrar a possibilidade do desvio se materializando. Bastava ter ali dois nomes que não levassem a sério essa situação e poderiam ter assinado recibos de fictícias apresentações, como é o caso que já identificamos com o Grupo Bellini, com o desvio do dinheiro público.

Eu concluo fazendo uma indagação mais ampla a V.Sa., porque eu percebi claramente a sua vontade de contribuir. Há alguma coisa que V.Sa. conhece deste meio que possa nos levar a algum indicativo de efetivo desvio ou falhas de procedimentos, como V.Sa. disse na sua fala?



Inclusive, já que V.Sa. conhece Fábio Rodrigues Rocha e a esposa dele, peço que nos ajude a entender melhor eventual desvio de dinheiro, com a utilização da Lei Rouanet.

Vou deixar V.Sa. à vontade para fazer as suas considerações finais, pelo menos com relação às perguntas deste Relator. *(Pausa.)*

Eu acrescento a V.Sa., no propósito de que contribua trazendo informações, como convidado que aqui está, mas com o máximo de clareza... V.Sa. já prestou algum depoimento em delegacia de polícia ou perante alguma autoridade com relação à Lei Rouanet? Nesses depoimentos, V.Sa. trouxe à luz, trouxe alguma informação da qual nós ainda não dispomos e que possa compartilhar conosco, de algo que tenha tido conhecimento, de alguma operação envolvendo recursos da Lei Rouanet? Não falo dessas que não se materializaram. Mas há alguma operação que tenha sido feita de forma semelhante, sem que as pessoas tivessem sido efetivamente contatadas, que eventualmente possam ter sido comunicadas depois do dinheiro gasto com notas fiscais frias, etc.? Enfim, V.Sa. fez depoimentos e, porventura, há alguma informação a mais que possa nos trazer?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, excelência. Não fiz nenhum depoimento. Nunca depus perante autoridades, delegados, Polícia Federal, nada. Sobre esse caso, eu continuo dizendo que acho que foi uma falha do Ministério, um erro de procedimento de uma análise melhor na admissibilidade do projeto. Eu não tenho conhecimento de desvio de dinheiro da Lei Rouanet. Como artista, eu também não fico me aprofundando nisso. Não tenho conhecimento se, nos projetos de que eu participei, houve algum pagamento ilegal, de forma leviana. Eu acredito que esse caso seria resolvido com uma simples solicitação de anuência dos artistas ou do corpo sinfônico citado. Isso seria resolvido na admissão do projeto. Já não passaria ali, porque, se o Ministério diligenciasse a produtora, nem eu, nem o João Carlos Martins teríamos que estar aqui prestando esclarecimento sobre esse fato, porque a pessoa não iria ter documentos para apresentar ao Ministério da Cultura. O projeto nem seria admitido, para se tornar um projeto cultural. Resolve-se isso com uma simples instrução normativa interna no Ministério. Eles fazem tantas instruções normativas, e deixam passar esses pequenos pontos.



Por exemplo, o senhor falou de valores de orquestra. Houve um projeto em que nós solicitamos um valor necessário, porque orquestra é um produto caro, envolve muita gente. Eu acredito que não é necessária anuência de todos os músicos para fazer um projeto.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É, do responsável pela instituição.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - As orquestras estão ligadas a um CNPJ, como instituição.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Só quem é o responsável pela instituição. A Filarmônica de São Paulo seguramente está vinculada a uma instituição, a um representante legal. Isso é elementar.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A desculpa dada pelo Ministério ao maestro João Carlos Martins é ridícula, que eles não teriam como solicitar isso de todos os membros da Sinfônica. Ora, solicita da instituição responsável por aquela Orquestra Sinfônica e, obviamente, dos maestros, que são artistas, pessoas físicas que emprestam o seu talento para a realização daquele espetáculo! Isso é elementar. Isso mostra, de certa forma, a conivência do Ministério da Cultura ou, no mínimo, a sua omissão à época quando se deu uma aprovação absurda como essa.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Enfim, com relação a valores necessários para que nós produzíssemos os espetáculos com a quantidade de músicos que o repertório exigia, o Ministério cortou os valores, justificando que os reduziu para estar dentro dos valores praticados no mercado.

Por isso é que eu digo que, neste caso, foi um erro pontual, porque os agentes lá são muito criteriosos, pelo menos nos projetos de que eu tenho participado.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente. Vamos aguardar os demais colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Obrigado, nobre Relator.



Vamos agora seguir a inscrição dos debatedores, dos Deputados e Deputadas.

Tem a palavra o nosso ilustre Deputado Izalci Lucas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Maestro Solielson, V.Sa. disse que conhece o Fábio — aliás, a esposa dele e, conseqüentemente, o Fábio — e o Rafael Gonçalves. Conhece os dois? Não, só o Fábio? Conhece a empresa Rannavi Projeto e Marketing Cultural ou não?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Tomei conhecimento da existência da empresa, apesar de conhecer a pessoa, a partir do momento que eu soube pela imprensa do projeto. Eu não sabia que essa empresa existia anteriormente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - O senhor disse que tocou na Orquestra Sinfônica de São Paulo?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Na Filarmônica.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Filarmônica. Orquestra Filarmônica de São Paulo.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Filarmônica de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Participou dessa turnê? Porque há dois projetos aprovados para a Rannavi da Orquestra Filarmônica de São Paulo. São dois PRONACs, inclusive com o nome de V.Sa., um no valor de 5 milhões e 300 mil reais e outro no valor de 4 milhões e 400 mil reais. O primeiro é o PRONAC nº 131532, Festival com Música Instrumental Brasileira, e o outro projeto é Orquestra Filarmônica de São Paulo em turnê.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Tampouco.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Seis apresentações de música instrumental brasileira da Orquestra Filarmônica de São Paulo, com o maestro Solielson. Dessas seis apresentações, duas eram em Araraquara e duas, em Maceió. Nunca participou disso?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não participei. Estava também no projeto sem minha autorização ou autorização do representante da Orquestra Filarmônica.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - No PRONAC nº 137630, foram aprovados R\$5.362.420,00 reais também com nome da responsabilidade de regência de V.Sa., de forma gratuita — arranjos e tal. Dessa turnê, desses dois



PRONACs que eu citei, mesmo sendo da Orquestra Filarmônica de São Paulo, V.Sa. não participou?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não participei. Aliás, nem a Orquestra participou.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Heim?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Nem a Orquestra participou.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Nem a orquestra participou?

Bem, Sr. Presidente, o que acontece é que, por incrível que pareça, a origem da empresa Rannavi Projeto e Marketing é na empresa Lameiro Autopeças Ltda., uma empresa de autopeças. Inclusive, as últimas atividades desses sócios eram trabalhar no almoxarifado como compradores, supervisores de manutenção e reparadores de veículos. Em 2011, eles fizeram alteração contratual, passando o nome de Lameiro Autopeças para Rannavi Projeto e Marketing Cultural Ltda., porque a instrução normativa exigia 2 anos de funcionamento. No projeto, dizem que fazem eventos desde 2000, mas de 2000 a 2011 era uma empresa de autopeças, almoxarifado, essas coisas. Foram vendedores, analistas de negócios. Esses são os sócios da Rannavi, que anteriormente era uma empresa de autopeças, a Lameiro Autopeças Ltda., cujo capital social era de 10 mil reais. Tiveram projetos aprovados no valor de 35 milhões de reais. Ainda bem que não houve captação de 19 milhões de reais, mas no resto, sim, em nome dessa empresa.

Então, para os senhores terem uma ideia, esse Fábio... O Fábio o senhor conheceu de que forma? Chegou a ir a casa dele para conversar? Quanto à mulher dele, o senhor disse que mexe com eventos.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, a mulher dele trabalha com eventos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - É o quê, uma empresa, pessoa física?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É pessoa física até então.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Mas é uma empresa grande, média, pequena?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, é pessoa física. Eu não conheço, não estive na casa dele. Eu o conheço de relações de trabalho, profissionais somente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Mas o senhor sabe se ela fazia muitos eventos, se é bem conhecida?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Porque na prática, olha só, o Fábio Rodrigues tem, junto com o Rafael, 13 pequenas empresas, quer dizer, empresas fantasmas, porque eles fazem as alterações. São 13 empresas: Rannavi Projeto e Marketing Cultural Ltda., Look Confecções Modas Cerquilho Ltda., Look Modas e Acessórios Ltda., etc. Eles prestam serviços, inclusive emitem nota fiscal na prestação de contas das empresas. Então, é um laranjal completo. Eles vão passando, vão botando em nome de outras pessoas, pegando procuração, por incrível que pareça! É óbvio que ninguém empresta a empresa de graça, faz procuração de graça e assina talão de cheques de graça.

Eu vi um menino dizendo aqui que não sabia, que não ouviu, que não sei o quê. Isso é conversa fiada, não é? Ninguém vai pegar uma empresa, meter assinatura num talão de cheques, entregar para o cara, como foi dito aqui. Parece até brincadeira, acham que nós somos meninos.

É incrível a atitude do Ministério. Sinceramente, o Ministério da Cultura, os caras não viram nada; fecharam os olhos e aprovaram tudo independente disso. Não houve nenhum vínculo cultural; nunca fizeram projeto nenhum; não houve parecer técnico; não observaram nada tecnicamente. O orçamento também não tem nada a ver com o orçamento que foi apresentado. É uma coisa maluca. Tem que prender mesmo essa turma, porque realmente é um negócio absurdo. Não conhecem nada; não tomaram conhecimento de nada. Foram usados.

Alguém já entrou com ação judicial contra isso, V.Sa. ou o advogado?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ou o maestro? Será que alguém... Não? O senhor chegou a ser chamado pela Polícia Federal ou por alguém assim?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Nunca?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - *(Estalido com a língua.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - A CPI foi a primeira a chamá-lo aqui para esclarecer?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.



**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Então, Sr. Presidente, da mesma forma como o maestro João Carlos Martins colocou, ele também foi usado no projeto.

Eu estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Obrigado, Deputado Izalci.

Assim como V.Exa., a cada depoimento, nós vamos entendendo que a teia é maior do que o que pensávamos. Apesar de usarem como estratégia nomes de pessoas conhecidas, de maestros, está clara a intenção deles. Acho que algum componente da CPI pode apresentar requerimentos, convidando essas pessoas a virem aqui explicar como mudam de um ramo de negócio para outro com tanta celeridade, com tanta boa intenção, para conseguir tantos recursos.

Eu gostaria de aproveitar a presença do maestro para lhe fazer algumas perguntas. Primeiro, se é do seu conhecimento que, conforme esse projeto — o maestro João Carlos Martins disse que o desconhecia —, que agora consta como aprovado, a turnê e a maestria estão sob o comando de V.Sa. V.S<sup>a</sup> tinha conhecimento de que o projeto estava aprovado e de que era o responsável por ele?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Em nenhum momento?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em nenhum momento.

Qual é projeto? Qual é o PRONAC? É o 137630?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Isso.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Está aqui. Eu o peguei esta semana. Não alterou nada, só se alterou internamente, nos textos em que eu não tenho acesso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Está aqui na carta enviada pelo maestro que agora V.Sa. seria o responsável. Leio novamente o parágrafo: *“Hoje, ao receber o convite de V.Exas., voltei a buscar informações sobre o referido projeto e fiquei sabendo que a turnê seria realizada com o maestro Solielson Guete e eu mesmo”*. Ou seja, agora consta lá dessa forma.

E, colegas Deputados, nós sabemos que temos um novo Ministro da Cultura, inclusive, nobre Relator, fiquei sabendo de uma reunião de V.Exa. com ele outro dia.



Acho que o atual Ministro tem que dar um freio de arrumação no que já consta aprovado, para que não continuem saindo pelo ralo recursos públicos dessa forma.

Quero só fazer mais uma pergunta a V.Sa. e, depois, passo a palavra a algum Deputado que o queira fazer.

Existem três projetos, esses, sim, da Orquestra Philharmonica de São Paulo, da qual V.Sa. é maestro. Um é de 2010. Temporada de concertos da Orquestra Philharmonica de São Paulo. Valor solicitado: 2 milhões, 520 mil e 200 reais. O valor aprovado foi de 2 milhões e 290 e captado, 2 milhões e 44 mil. Isso em 2010. Em 2014, há outro projeto. O valor solicitado é de 2 milhões e 800, mas já vou direto ao captado, 711 mil. Em 2015, foram solicitados 4 milhões, 58 mil e 610 reais e aprovado 1 milhão e 295. Agora, o que me chama a atenção é que, em todos esses valores, e captados, a prestação de contas foi apresentada, mas em nenhum momento foi dado o o.k. ou se caiu em exigência.

V.Sa. tem conhecimento de que esses projetos aconteceram e de que ainda estão em aberto, com a prestação de contas, junto ao Ministério da Cultura?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, Excelência, eu tenho conhecimento desses projetos. Eles foram executados, e as suas devidas prestações de contas finais foram entregues. O que acontece é que, devido à demanda, ficou um número de projetos muito grande para trás. E parece que eles criaram um departamento de ativos, de passivo, no TCU. E é para onde esses projetos estão indo, para análise e prestação de contas final lá. E até então ainda não tivemos a resposta, se foram aprovadas ou não, mas elas foram entregues, e consta lá no MinC toda a documentação de execução.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - V.Sa. acha normal que um projeto de 2010 — nós estamos em 2017 — ainda não tenha... E continuou a captação em 2014, em 2015. Em nenhum momento isso assustou V.Sa? Pergunto isso porque, se o de 2010, em algum momento, caísse em exigência ou tivesse as contas rejeitadas, e continuasse a captação, isso não lhe pareceria estranho? É lógico que eu entendi a sua explicação, a responsabilidade. Era porque o Ministério não dava o o.k., o veredicto. Mas em nenhum momento isso lhe pareceu estranho estar acontecendo isso no Ministério da Cultura?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Excelência, eu acho estranho porque as coisas têm que ser resolvidas rapidamente, senão você perde tempo, inclusive a documentação se perde, enfim. Dos projetos que estavam com a prestação de contas atrasada lá no Ministério, pelo proponente, parou a captação. Quando você entrega a prestação de contas final, você não capta mais. Você capta em outros projetos. Em um projeto em que você entregou, você não capta mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - No mesmo projeto.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - No mesmo projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Mas, em outro projeto que você abre, continua captando.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em outro projeto, uma vez aprovado, continua captando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Por exemplo, em 2016, vocês solicitaram para a orquestra alguma nova captação, algum novo projeto?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Solicitamos. Foi aprovado um projeto. Não. Foi aprovado neste ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Este ano de 2017.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em 2017, que é o Premium. Alguma coisa de... Acho que dezesseis...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Já para 2017 há um novo aprovado.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Não se recorda do valor?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Acho que é 3 milhões e alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Já conseguiu captação?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Ainda não?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ainda não.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Como está o mercado de captação? Está parado?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Meu Deus do Céu! está parado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - É?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Está parado. É muito difícil, porque é um projeto não comercial, não midiático. As empresas têm maior interesse em projetos que dão maior visibilidade. E não é o caso, infelizmente, no Brasil, a música de concerto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - A orquestra filarmônica.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Sr. Presidente, só uma questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Sim, nobre colega.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Primeiro, quero informar que está sendo anunciada hoje uma mudança na instrução normativa do Ministério da Cultura. Por meio dessa instrução normativa, criam-se algumas novidades, como fiscalização em tempo real, criação de cartão e uma série de outras coisas. Mas alertamos que, ao final da CPI, poderá haver ainda algumas alterações.

Mas eu queria fazer uma indagação. Acho que ainda não foram convocados ou convidados para vir aqui os sócios da empresa Rannavi. O Fábio Rodrigues Rocha e Rafael Gonçalves Rocha, juntos, tinham 13 empresas e são sócios disso aqui. Eu não sei se há requerimento. Não fiz requerimento. Houve algum requerimento de convocação desses dois?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Aprovado? Nós precisamos chamá-los para explicar isso, porque realmente essa empresa não tem nada a ver com a Bellini, é outro grupo, mas também abre mais um grande campo de desvio de recursos.

Então, se já foi aprovado, é só chamá-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Já foi aprovado. Inclusive, segundo a assessoria, não foi possível encontrá-los.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Vamos pedir ao próprio maestro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Maestro, em relação a esses sócios da empresa, já foi aprovado o requerimento de convocação para eles



virem aqui, só que a assessoria não conseguiu localizá-los. Ao final, se V.Sa. puder ajudar a nossa assessoria, informando algum contato, telefone, *e-mail*, alguma informação.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ou o número do telefone da esposa do...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Nós precisamos ouvi-los, entender, saber se eles são mais alguns das laranjas que encontramos nesses laranjais ou se são responsáveis também pelo desvio. Se V.Sa. puder nos ajudar...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - A esposa dele nunca comentou com o senhor sobre isso ou alguma coisa? *“Olhe, meu marido usou seu nome...”*

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em nenhum momento.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - E ela tinha essa liberdade assim com você ou não? Você a conheceu assim?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Eram relações profissionais somente num evento do qual eu participei.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Eram só relações profissionais. Ela é artista também ou não?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Só cuida de eventos.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - É estranho, não é? Será que foi...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Nós precisamos ouvi-los, temos de trazê-los aqui. Depois, se V.Sa. puder ajudar a nossa assessoria para encontrá-los e poder ouvi-los...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Passo a palavra ao nobre Relator para suas considerações finais e, depois, à Deputada Raquel Muniz.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu queria só reforçar com o maestro que é muito importante a sua colaboração no sentido de que nós tenhamos contato o mais rápido possível com o Sr. Fábio Rodrigues ou com a Sra. Leni, que o senhor conhece.



**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Relator, Deputado Domingos, se me permite, só para eu não perder o raciocínio? Quando V.Sa. conheceu a esposa do Fábio? Em que momento e como foi esse encontro?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foi num concerto que eu realizei. Eles estavam presentes trabalhando na produção disso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Sabe quando aconteceu esse evento? Quando foi isso?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em 2009, talvez. Eu não lembro.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Em 2009?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em 2009 ou 2011. Eu não me lembro exatamente, mas faz tempo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Eles apresentaram o projeto em 2013. Quer dizer, já foi bem depois então.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, sim, bem depois.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Em 2013.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Agora, o senhor esteve com ela depois disso?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, sim, depois...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Depois que ocorreu e, obviamente, tornou-se público, como o senhor soube pela imprensa, o senhor chegou a se encontrar com ela?

Ela deu alguma explicação ao senhor? O senhor pediu a ela alguma explicação: *“Como é que vocês colocam o meu nome?”* Como é que ficou isso? Foi apenas uma tentativa deles de emplacar um projeto? Deram alguma satisfação ao senhor? Não vou entrar no mérito se lhe satisfez ou não. O senhor conversou com a Leni ou com o marido dela, o Fábio, no sentido de verificar isso: *“Como é que é isso? Vocês colocaram meu nome nesse projeto?”* Qual foi a última vez que você esteve com algum dos dois?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, questionei. Depois que saiu na imprensa, e os encontrei, questionei, pedi que o projeto fosse arquivado ou que fosse retirado o meu nome do projeto.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Mas foi simples assim? Você não...



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você lembra quando...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não! Não foi simples. Eu questionei...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Questionou?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, de uma forma...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Brigando mesmo?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exato.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - E ela respondeu naturalmente?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Disse que fez... Achava que poderia ter colocado, que eu daria autorização depois, que a orquestra iria participar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Era um projeto assim...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É. Um projeto baratinho, não é? *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você lembra se foi no ano passado ou neste ano a última vez que você os viu? Foi neste ano? Antes de vir para cá? Naturalmente, eles devem estar acompanhando. A Lei Rouanet se tornou notícia nacional. Você teve algum...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Às vezes, estão até assistindo na televisão. Já faz um convite. *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - É bem possível. Claro, principalmente se podem... Nós não estamos aqui partindo do princípio de sair condenando ou acusando ninguém. Nós queremos entender como funciona isso, porque apresentar projetos com valor tão expressivo... Queremos saber se conseguiram captar recursos para algum outro projeto que nós desconhecemos.

Você consegue lembrar qual foi a última vez que você esteve com a Leni?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - No ano passado, no começo do ano passado. Neste ano, eu não...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, ela continua atuando em atividade cultural?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu não falei mais com ela, Excelência. Não tive mais contato a partir de abril, se não me engano, do ano passado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O último projeto da Associação Orquestra Philharmonica de São Paulo com captação efetiva de recursos da Lei Rouanet foi em 2015, Concerto com Meio Ambiente? Ou houve outro depois?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Houve uma captação em 2016. Nós executamos o concerto no ano passado

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você lembra o nome do concerto do ano passado?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - *Concerto com Meio Ambiente.*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi *Concerto com Meio Ambiente*?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Houve uma captação de 1 milhão e 295 mil reais. Você lembra quantas apresentações para o *Concerto com o Meio Ambiente*?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Nós realizamos quatro. Foram três no interior de São Paulo e uma no Grande ABC no ano passado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E foi aprovado pela própria Associação?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É, pela própria Associação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Conduzido e regido por você?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A sua entidade, no caso a Associação Orquestra Philharmonica de São Paulo, é uma ONG, uma organização, ou é uma sociedade limitada? Ela é uma empresa com fins lucrativos ou é uma associação sem fins lucrativos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sem fins lucrativos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - É uma associação de músicos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É uma associação cultural sem fins lucrativos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E você a preside desde a fundação?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Quando você apresenta... Os projetos que a Associação vem apresentando ao longo de muitos anos... Quando a Associação foi criada, maestro?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em 2003.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, já temos aí mais de 1 década.

Há vários projetos mais recentes e vários que tiveram efetiva captação de recursos. Pelo relatório que tenho aqui, a orquestra já teria captado aproximadamente 6 milhões de reais?

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Esses projetos, embora tenham ocorrido em períodos diferentes, consistem basicamente na apresentação de concertos regidos por V.Sa, com os componentes. Você disse que chegaram a quantos componentes mais ou menos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - A 60. Dependendo do repertório, da formação, da orquestração que o repertório exige. De 55 a 60 e poucos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim. Certo. Os quadros que compõem a Orquestra Philharmonica de São Paulo são permanentes? Ou na medida em que há um projeto você reúne?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Na medida em que existem recursos, a gente reúne nesse encontro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim. Então, eles não são funcionários da associação? Você não os tem contratado de forma permanente ou eles são contratados, fichados, com carteira assinada, são músicos contratados?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, Excelência. Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - São todos prestadores de serviço.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - São prestadores de serviço.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - De acordo com o que a gente consegue.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Contrato por evento.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Contrato por evento.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Por concerto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Além desses eventos que estou vendo aqui da Lei de Incentivo à Cultura, a agenda da orquestra inclui outras atividades ou ela é restrita aos projetos da Lei de Incentivo à Cultura?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não. A orquestra trabalha com verba direta, com recursos diretos, com mantenedores, com patronos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Já executou trabalhos sem a Lei Rouanet.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Tem uma sede permanente, própria, ou não?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Tem uma sede administrativa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Só administrativa.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Mas os ensaios são realizados de acordo com a demanda dos concertos, e o teatro é uma sala de ensaio própria, contratada.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não há um espaço permanente de ensaio?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não há um local em que a orquestra se apresente rotineiramente?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não temos. Não conseguimos infelizmente ter uma sede, ter uma temporada fixa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, os ensaios são em função do contrato. Se você não tiver contrato, não tem como ensaiar, não tem nem como contratar o pessoal.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exatamente. Não temos recursos para manter um quadro fixo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Esse é o grande desafio da cultura.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Pois é.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas é difícil, para mim, compreender isso. (*Riso.*) É difícil compreender a funcionalidade de uma orquestra que tem obviamente um repertório para levar a cabo projetos amplos como esses, mas que não tem onde fazer ensaios e preparação no seu dia a dia.

Quando foi a última apresentação da orquestra?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em novembro de 2016.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em novembro de 2016.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Dentro do projeto cultural Concerto com o Meio Ambiente?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em novembro de 2016. Está aqui. É o de número 147068.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi captado em 1 milhão e 265 mil. Em relação a este projeto, a última apresentação foi em novembro.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Onde foi?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em São Bernardo do Campo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Lá em São Bernardo?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso. Na Grande São Paulo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - São Bernardo do Campo. O projeto Concerto com o Meio Ambiente já terminou?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Esse projeto, sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Já se encerrou.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Encerrou-se. Ele captou 1 milhão e 295 mil?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim. Em janeiro, prestamos conta disso. Já entregamos toda a prestação...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Já entregaram a prestação de conta?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Já entregamos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você lembra quantos concertos foram realizados?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foram realizados quatro concertos: três no interior e um no ABC.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você lembra em quais cidades?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Os três foram em Orlandia, região de Ribeirão Preto.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Na mesma cidade?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foram feitos para os funcionários rurais de uma fazenda.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Orlândia?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi em uma fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foi. A única orquestra que se apresentou em uma fazenda.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas em uma mesma fazenda os três?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foi. A gente montou um final de semana de concertos. A gente realizou...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - É uma coisa muito inédita! Você deve-se lembrar com detalhes. É algo inusitado. Eu nunca vi.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Aliás, eu adoraria, porque eu até tenho fazenda e, quando muito, ouço lá no meu aparelho de som. Seria maravilhoso! *(Risos.)*

Mas me deixe entender isto: uma fazenda no Município de Orlândia? Uma fazenda é uma propriedade privada?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Como é que se concebeu isso? Estava escrito no projeto que o concerto iria ser realizado lá na fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Seria realizado em várias cidades do interior de São Paulo...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas aí vocês realizaram em uma fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, por causa do espaço. Convidamos toda a população local. Divulgamos isso, com entrada franca.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas a densidade populacional do meio rural hoje é muito pequena. *(Riso.)* Quantas pessoas assistiram a esse concerto?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Nós tivemos, em cada concerto, de 300 a 600 pessoas, em cada concerto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foram 300 a 600 pessoas. Foram três concertos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foram três concertos na mesma propriedade?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - No mesmo local.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Essa propriedade é no Município de Orlandia?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você lembra o nome do proprietário?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas quem contatou para fazer na propriedade?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - A produção técnica contatou...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Numa propriedade rural em Orlandia?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em Orlandia.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Pois é. E quem era a produção técnica que fez o contato?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Vou lembrar o nome.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas essa pessoa era contratada por você?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você contratou alguém para fazer a produção.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Adriano, se não me engano.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Adriano? Consta na prestação de contas?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Consta.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Porque você pagou o Adriano?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, consta.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Adriano era o produtor?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - O produtor.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ele que resolveu que ia fazer numa fazenda ou foi você?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, eu.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você. Mas você não sabia onde era a fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não sabia.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O Adriano foi quem descobriu a fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E você não tem contato nenhum com a pessoa que é proprietária da fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Isso era em que espaço na fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Nós montamos um espaço, um palco. Montamos uma estrutura para receber a orquestra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Palco. Que tipo de local era? Normalmente, as fazendas têm uma sede relativamente modesta, a não ser as de alguns privilegiados. Conheço muitas fazendas, porque sou médico-veterinário. Então, o normal é que uma fazenda não tenha muito espaço para evento ou não tenha nenhum. Quando muito, tem áreas livres, campo, gramado. O que vocês montaram lá?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Nós montamos um palco coberto, uma estrutura com camarim...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Devem ter sido feitas filmagens desse evento.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Filmagem, eu não lembro, excelência. Eu tenho fotos.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Que estão na prestação de contas, inclusive.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você não sabe dizer de quem era a propriedade?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não me lembro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E por que fazer na fazenda e não na cidade de Orlandia?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Por falta de estrutura, inclusive no projeto estava escrito que seria em espaço privado. No projeto já estava previsto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - No fato de ser em espaço privado eu não vejo problema. Você contrata o espaço privado. Agora, você fazer um evento... Quanto a essa orquestra filarmônica que se apresentou lá, eu lhe perguntei quantos membros tinha a filarmônica.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você falou em 500 membros.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não! Cinquenta... *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Quinhentos membros, não. Falou em 50 membros. Para trezentas pessoas, você falou em 50 pessoas. Claro, é uma boa composição: 50 pessoas. Cinquenta músicos foram a essa fazenda se apresentar?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, da orquestra sinfônica. Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Pois é, estou tentando entender por que na fazenda. Como eu lhe disse, sou produtor rural, pequeno produtor rural, próximo de uma cidade grande, onde há muitos sítios. Não temos mais gente morando na roça. Essa é a realidade do Brasil. Se você for a Orlandia, você vai ver uma concentração de pessoas dentro da cidade. O próprio trabalhador vai e volta.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, eu estou tentando entender. Vocês pagaram alguma coisa pelo local, para fazer esse evento lá?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Só montamos a estrutura.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Montaram a estrutura lá.



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Anunciamos isso nas cidades próximas para trazer o maior número possível.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Maior número de pessoas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Quem foi o patrocinador desse evento, Deputado Domingos? Tem aí ou não?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Quem patrocinou? Quem bancou isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Quem captou?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Quem captou ou quem patrocinou?

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Quem botou a grana lá? Qual era a empresa? Era o dono da fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foi o Grupo Colorado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Tinha fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É grupo de usina. Eu não sei se é o dono, se é a mesma...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Provavelmente, porque o cara não ia fazer um evento numa fazenda desconhecida.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Grupo Colorado é uma usina de álcool?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Se não me engano, é uma usina.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Sim, então é produtor. Deve ser a fazenda do cara.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E o Adriano foi captador?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - O Adriano foi o captador.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O Adriano captou e produziu?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Captador.

Vou ser bem objetivo com V.Sa., maestro. Nós estamos aqui com o mesmo propósito: que a gente possa aprimorar nossa lei. Nós já nos deparamos aqui com uma situação, maestro Solielson, em que o captador busca o recurso e acaba fazendo com que o projeto vire alguma coisa em função do patrocinador. O Adriano captou o recurso, captou de um grupo de usina, o senhor acredita que possa ter



havido um acordo entre o Adriano e o pessoal? “*Tudo bem, mas você faz o show lá para os meus funcionários?*”

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso me foi sugerido. Eu optei por fazer...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi sugerido a você que fizesse lá? O Adriano que sugeriu?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso. Eu optei por fazer. Eu decidi. O poder de decisão seria meu. Eu decidi fazer lá para atingir um público que, acredito, se não fosse um projeto cultural, jamais teria contato com um concerto, com uma orquestra sinfônica de grande porte, com um repertório sinfônico. Eu sugeri que fosse feito lá, que trouxessem as pessoas, que disponibilizassem ônibus para as pessoas virem assistir ao concerto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Maestro, eu vou lhe dar um exemplo só: fui Prefeito de Divinópolis. Quando Prefeito de Divinópolis, eu me lembro de que era uma tradição e ainda é — isso é natural em todas as cidades — que se tente dar um presente para a cidade no dia do aniversário. Talvez — eu me lembro que eu fiz isso, outro Prefeito, Aristides Salgado, fez isso também — o maior presente que a gente tenha dado tenha sido levar a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais a Divinópolis, uma das dez maiores cidades de Minas. Talvez ela tenha ido duas vezes ao longo dessa história recente.

Então, ter Orquestra Sinfônica disponível para o povo na cidade é algo tão raro quanto ter no meio rural. O povo de Divinópolis não goza dessa possibilidade de ter uma Orquestra Sinfônica em praça pública, não mais do que uma vez por década.

Então, não falta, com certeza, gente tanto na cidade quanto na zona rural, e nada impede que a pessoa da zona rural participe também da cidade, mas a lógica que eu estou tentando entender é que você está me dizendo de um espetáculo que você acredita que possa ter tido 300 pessoas assistindo e que teve um custo para o poder público de 1 milhão 295 mil, praticamente 1 milhão e 300 mil, que dá um custo *per capita* altíssimo, um custo *per capita* elevadíssimo.

Eu não consigo compreender que, se colocasse transporte gratuito lá para levar todos os trabalhadores rurais, e isso fosse feito num espaço público em Orlandia, provavelmente 10 mil pessoas poderiam ter assistido ao espetáculo



sinfônico e as 300 pessoas do meio rural, com meia dúzia de ônibus, seriam levadas, sem aumentar em nada o custo, pelo contrário diminuiriam muito o custo. Eu não estou conseguindo entender à lógica disso.

Esse projeto foi aprovado, com a indicação de que o espetáculo seria feito numa fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não foi dito.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não? E o Ministério da Cultura não questionou nada na prestação de contas, ou vocês não contaram que foi numa fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, está escrito. Está escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - É um desses que está em aberto aqui ainda para ser analisado?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, é uma prestação que foi entregue, mas que não foi analisada. É a recente. Ela foi entregue este ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Não foi analisada ainda?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ainda não foi analisada.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Mas o projeto é genérico, ele prevê a execução dos concertos, não o local.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Posso perguntar, Relator, porque há duas dúvidas. A minha pergunta é rápida, porque há outros inscritos também. Cobraram ingresso para participar desse *show*?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Foi totalmente gratuito?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Totalmente gratuito. Aberto ao público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Então, quando você apresenta um projeto na Lei Rouanet, você não precisa determinar o local que o projeto será executado?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não é necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Isso fica em aberto? Você pode alterar? Aprovado o projeto, você faz onde quiser?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Você tem que citar. Você vai executar na região de São Paulo, por exemplo, no interior de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Você só cita a região?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Só cita a região.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - É só isso que o Ministério pede?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exatamente, para ter abrangência. Ela vai ser regional, vai ser nacional, vai ser local.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu vou concluir, mas vou solicitar, Sr. Presidente, à nossa assessoria que peça cópias lá no Ministério, e talvez a gente precise, maestro, um pouco mais de colaboração do senhor e do Adriano.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Claro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, eu vou deixar aqui, de pronto, em primeiro lugar, um convite ao Adriano. Se for necessário, nós vamos transformá-lo em convocação. Adriano de quê? O senhor se lembra do nome dele?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não me lembro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Consta no projeto o nome completo dele, como captador?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Consta a empresa dele.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ele tem uma empresa?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Uma empresa que faz captação, enfim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Qual é o nome da empresa?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Excelência, "VF" alguma coisa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Eu ia até fazer essa pergunta, mas, como você não sabia de nada, eu nem perguntei.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Só ligue o microfone, Deputado, para os registros taquigráficos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Eu ia perguntar se você conhece a empresa VF Eventos, Projetos Culturais e Editora Ltda. Coincidentemente é do



Adriano? Nome fantasia de Connection Live. Era a pergunta que eu ia fazer. Terminou, Deputado Domingos Sávio, para eu continuar aqui?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Perfeito. Eu vou passar para o Deputado Izalci, só registrando que a gente precisa dos detalhes desse projeto porque, de fato, fizeram um cálculo rápido para mim aqui que o custo *per capita* para assistir foi de mais de 4 mil reais, quer dizer, é um negócio assustador.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Excelência, só uma correção. Eu disse que o projeto foi executado para 300 a 600 pessoas lá no interior; no concerto último, que foi feito em São Bernardo, eu tive mais de 1.600 pessoas. Então, tem que corrigir esse cálculo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Está bom. Eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Seguindo as inscrições, passo a palavra para a Deputada Raquel Muniz, nossa querida Deputada de Minas Gerais. V.Exa. tem a palavra por até 5 minutos.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Sr. Presidente, Deputado Sóstenes Cavalcante, nosso Relator, Deputado Domingos Sávio, peço a atenção dos demais Parlamentares, já que sou Deputada de primeiro mandato, mas esta é a quarta CPI de que participo.

O meu interesse aqui — e claro que tenho todo um trabalho envolvido da polícia, da investigação, do Ministério e da própria CPI — é com o resultado final desta CPI. Assim foi feito na CPI da Máfia de Órteses e Próteses, que identificou muitos abusos que ocorriam na área da saúde, muito dinheiro que ia pelo ralo; no sistema penitenciário, que também identificou alguns presídios sem condição de as pessoas estarem nesses locais; e na última CPI do DPVAT, que deu um resultado para o Brasil de 37% de redução no Seguro DPVAT. Esta CPI interessa a mim e à minha cidade, Montes Claros, que tem uma Orquestra Sinfônica e um dos maiores conservatórios de música públicos do País, com mais de mil alunos.

A Orquestra Sinfônica de Montes Claros é ligada ao Conservatório, e a de Pirapora inclusive já se apresentou aqui no Salão Nobre, a meu convite, com as despesas todas pagas pela comunidade local, que se reuniu e contribuiu para que ela viesse se apresentar aqui. Mas há uma cobrança muito grande, enquanto Parlamentar, para repassarmos recursos a essas orquestras.



A gente percebe, assim, uma malversação dos recursos. E aqui na CPI está bem evidente isso. Aproveito aqui a presença do maestro, acho que ele pode colaborar com o Brasil todo, especialmente com essas duas orquestras, para as quais temos uma atenção especial. Eu estou trabalhando também na Comissão da Reforma Trabalhista, e a gente identifica que os grandes personagens estão presentes aqui na CPI, mas vale fazer uma reflexão. Vamos chamar os músicos de trabalhadores também, porque são trabalhadores. Eles trabalham, como o maestro colocou, de maneira temporária.

Recentemente, a imprensa mostrou, em São Paulo, eles se manifestando na rua. Acho que é a orquestra que o senhor dirige.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - A Banda Sinfônica.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - A Banda Sinfônica, enfim, manifestando que ela ia acabar. Essa é a realidade no País inteiro. É um País que produz arte. A minha cidade é conhecida como cidade da arte e da cultura, mas precisamos efetivamente ter esses recursos.

Eu gostaria que o maestro pudesse nos orientar, já que está tendo essa experiência, que não é boa de estar aqui numa CPI para fazer esses esclarecimentos, para colocar para o País como é a situação verdadeira desses músicos que trabalham lá, em termos trabalhistas mesmo, e com relação a esse recurso, a esse patrocínio que recebem, se isso chega até a ponta, como isso chega até os músicos que fazem verdadeiramente o grande espetáculo.

Eu vou pedir à assessoria da Casa e a minha assessoria de gabinete que nos auxiliem para que chamemos também esses atores que participam disso, para colocarem aqui como efetivamente acontece toda a produção desses espetáculos. E, enquanto não estão trabalhando com esse recurso, se eles são profissionais ligados à música, como sobrevivem.

Enfim, agradeço muito aos Parlamentares que participam desta importante CPI. Eu tenho certeza de que, assim como nas outras CPIs das quais participei nesta Casa, vamos dar uma resposta ao Brasil.

Nós temos, na representação dos Parlamentares, muitos Parlamentares ligados à arte e à cultura que contribuem muito, que conhecem, na ponta, como é o trabalho dos artistas, dos músicos, enfim, que poderão contribuir muito também. Às



vezes, o holofote não está aqui, está na Comissão da Previdência, está na reforma trabalhista, mas eu acho que esta CPI vai trazer um resultado muito importante.

É preciso que o Brasil participe, e que vocês que estão acompanhando aí possam mandar sugestões também e fazer denúncias. Tenho certeza de que, após esta CPI, vamos poder dar uma resposta, e eu poderei dar uma resposta ao meu Estado, à minha região, que é o norte de Minas, para que, efetivamente, busquemos esses recursos.

Tenho certeza de que o maestro, nas suas considerações finais, vai colocar para nós essas experiências negativas de ter seu nome sendo utilizado, como você disse. Mas isso também mostra uma total falta de experiência, já que ele dirige uma grande orquestra, de não ter essa preocupação de acompanhar, desde o início do projeto, junto ao Ministério, se o seu nome e o da instituição que coordena estão sendo utilizados lá.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Vamos às reinscrições. Depois você responde. Vamos ajudar a agilizar.

Deputado Izalci, V.Exa. se reinscreveu?

Com a palavra o Deputado Izalci Lucas, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Eu me reinscrevi, porque, de fato, novas informações que foram colocadas aqui me surpreenderam. Ninguém coloca o nome da pessoa e, depois, fica tudo bem. Eu preciso entender um pouquinho melhor isso.

Mas, antes disso, o Adriano, então, é o dono da VF Eventos e Projetos Culturais? Ele é o proprietário, ele é captador?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ele que é o proponente desse projeto que você estava falando agora aí?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não. A proponente é a orquestra.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - A orquestra é a proponente. Ele é só captador?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso. Foi o captador pontual nesse projeto.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Nesse projeto aí, ele que fez a captação. E qual foi a empresa que financiou essa apresentação?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Esse projeto, que foram realizados quatro concertos, a primeira parte...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Foi 1 milhão e pouco captados?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foi...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Você falou que era uma empresa de quê?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Uma empresa de agronegócio.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Então, deixe-me explicar para você o que é o grande problema aqui da CPI.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Só 1 minuto, Excelência. E, no passado, uma empresa de exportação também, que não tem nada a ver com...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Mas vamos nesse do agronegócio, porque esse é o "x" da questão.

Você conheceu o Grupo Bellini ou não? Só pelos jornais?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, só pelos jornais.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Qual é a questão aqui? A questão aqui é que a Lei não permite que você faça eventos privados. Eu não posso pegar uma empresa, captar o recurso da empresa e ela condicionar aquele recurso para fazer um *show* para ela. Mas o Bellini fez isso. Até parou, recentemente, mas achava que podia e foi fazendo.

Acredito que essa empresa aqui também, a VF, do Adriano, sei lá, porque ninguém investe num *show* assim de graça. Já percebemos isso aqui. A empresa, para investir, ela tem que ter algum benefício, e o benefício normalmente... O que percebemos aqui na CPI é que as empresas faziam aplicação na Lei, mas o captador oferecia coisas para ela.

Então, por exemplo, fazia dois *shows*, um de manhã, para todo mundo de graça, e outro à noite, e ainda chamava o MPB, que é o caso também das que foram feitas aqui, e faziam um *show* particular para os funcionários da empresa ou para os clientes da empresa e tal.

Então, para uma empresa de agronegócio entrar num esquema desses de patrocinador, e você fazer uma orquestra numa fazenda, é muita coincidência. Não existe essa possibilidade normalmente. É questão óbvia de você fazer uma



apresentação de uma orquestra sinfônica numa fazenda, onde tem 50 membros, para 300 pessoas.

Você se lembra de alguns convidados especiais ou não?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, Excelência. Não me lembro.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Não tinha convidado especial nenhum?

Eram só os moradores da fazenda?

Quem era esse público?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Estava aberto.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - E os ônibus? Quem buscava?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não tenho conhecimento também.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - A fazenda era distante da cidade?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ah, Excelência, não sei. Eu acho que uns 30 quilômetros.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Você não estava lá?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu fiquei em Ribeirão Preto, que é perto.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Sim. Mas você foi de avião para a fazenda ou foi de carro?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, fui de carro. Fui no meu carro.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - E, quando você chegou a Orlândia...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Orlândia.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ortolândia?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Orlândia.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Orlândia. Você ficou...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu não cheguei à cidade.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Você não passou em Orlândia?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Eu fui direto para o local do concerto, porque falaram: *“Vai em tal local que o concerto vai ser lá”*.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Mas dá para você saber se é perto de uma cidade ou se é longe.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu imagino que uns 30 quilômetros, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - E essas pessoas iam de quê? Elas iam a cavalo, a pé?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não vi, Excelência. Eu soube que tinha ônibus para trazê-los.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Mas, no projeto, estava previsto ônibus?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não me lembro se nesse projeto estava previsto ônibus. Eu preciso olhar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Mas projeto tem essas coisas todas.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - No meu último, eu sei que tem.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Inclusive, na hora de prestar conta, você tem que dizer quem foi o artista, quem foi remunerado. E, se tinha palco, quem pagou o palco.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Quem pagou esse palco seu, por exemplo?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - O palco foi o projeto.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Eu sei que foi o projeto, mas qual a empresa que você contratou para fazer o palco? Era ligada a quem?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ah! Quem fez? Eu não lembro. Preciso ver.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Tem isso também. As empresas que patrocinavam...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu preciso olhar as notas que estão na prestação de conta. Eu não lembro o nome delas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Você não ficou sabendo de nada, se foi um esquemazinho do Adriano, por exemplo?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, eu não fiquei sabendo de nada.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - O Adriano pode ser captador. Aqui é o seguinte: o normal é isso, você monta uma empresa. Esse Fábio, por exemplo, que é esposo da sua amiga...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Minha amiga, não. *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ele tinha 13 empresas. Então, é empresa para captar, empresa para emprestar palco, empresa que faz isso, faz aquilo, tem empresa de ônibus para alugar ônibus. Então, os caras fazem todo o esquema.



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu não sei a origem dessas empresas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Você que prestou conta? Estava no seu nome? Era de sua responsabilidade?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, da associação.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Sim, mas você respondia pela associação?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, eu assinei pela associação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Quem era o Presidente?

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Quem era o Presidente da associação?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sou eu.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Você que era o Presidente?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, eu assino.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Então, você, para assinar...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Então, mas eu não sei, porque me passaram a nota, o contrato.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Quem fez essa prestação de contas para você? Tinha contador? Quem é o contador? Como era isso?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Uma pessoa que trabalha com finanças que fez para mim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Quem é o cara? Sabe o nome dele?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Leandro.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Leandro? Ele era dessa empresa?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não. Nem tem contato.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - É amigo seu, contador ou tinha um especialista em prestação de contas?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, financeiro, para fazer prestação de contas. Financeiro só.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Financeiro da associação?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não, é um terceiro também.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Conheceu assim, igual a esposa do...

*(Riso.)*

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não. Tenho contato com ele.



**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Agora, eu preciso saber, porque essas coisas não são assim, da forma natural que você está falando.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Você conheceu a esposa do Fábio em 2009?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em 2009 ou 2010, não me lembro.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Em 2010. Tudo bem.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Leni.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - É, Leni. Ela é promotora de eventos. De 2010 a 2011, foi quando essa empresa se transformou de autopeças para promotora de eventos, você lembra de ter algum contato com essa Leni? Você fez algum projeto? Ela participou disso aqui? Ela sabia que você fazia projeto também de Lei Rouanet?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sabia que eu fazia.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ela te ajudou?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não. O projeto, a gente faz sozinho.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Mas você se informou com ela?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Que conversa foi essa, você com ela? Como é que se deu esse...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Se deu pelo interesse nos meus projetos. "Ó, você tem projeto cultural?" "Tenho". "Você quer?" *Eu gostaria de captar. Eu tenho alguns contatos com empresas, eu gostaria de fazer a captação*.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ela falou para você?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Esse foi o primeiro contato. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - E o que ela é desse Adriano? Ela conhece o Adriano?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Acho que sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Acha?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Não tenho certeza, Excelência, porque eu não trabalhei com isso.



**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ela te indicou o Adriano? Quem é que indicou esse Adriano?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, o Adriano não foi ela.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Quem indicou esse VP aqui?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, o Adriano não foi ela, não. O Adriano foi uma outra pessoa que trabalha no mercado cultural também.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Pois é. Aí, tudo bem. Então...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - E como a gente tinha uma orquestra, uma associação, a gente queria colocar o projeto no mercado, para a gente captar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Lógico.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Então, precisa de vários captadores.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Não, eu entendo perfeitamente. Eu nem quero aqui, acho que os artistas estão bem. A preocupação é a contratação aqui, e a prestação de contas, que eu estou vendo aqui.

Bem, em 2010, em 2011, tá. Em 2013, essa Rannavi aqui, ela apresenta o projeto usando o seu nome em dois projetos: um de 4 milhões e outro de 5 milhões. Aí você fica sabendo: *“Polícia Federal prendeu não sei quantas pessoas”*. Você ficou tranquilo? Você não sabia?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não sabia.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Aí você ficou sabendo?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Fiquei sabendo depois.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Aí, você chega na Leni e fala assim: *“Esse diálogo, eu estou achando muito light”*.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, eu dei uma bronca nela.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Eu, se fosse eu, dava um esporro na mulher.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. É isso que o senhor falou. Eu não quis...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Entrava na Justiça, queria saber...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu não quis falar aqui como que foi a minha reação, mas eu dei bronca. Eu falei para tirar o meu nome ou pedir o arquivamento daquele projeto.



**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - E você não correu atrás para saber as consequências disso, se se teve mais algum problema? O senhor achou que só uma fala com ela, e estava resolvido?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, eu exigi que tivesse o cancelamento.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ela te apresentou algum documento?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Aí, quando eu vi que tinha sido arquivado, eu fiquei quieto, não falei mais.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Com ela. Tá. Então, essa Leni. É Leni? Leni. Ela não tem nada a ver com esse projeto seu de captação dessa VF?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, com essa captação não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - E ela nunca falou assim: *“Olhe, eu tenho lá também uma empresa, eu mexo com captação. Você não quer entrar nos meus projetos?”*

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Meu marido também mexe com isso, meu cunhado.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, porque eu não entro em projetos de terceiros. Eu prefiro fazer com a orquestra direto. Ou contrato a orquestra direto, aí, eu, obviamente, vou regê-la.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Você não acha que esse evento... Agora, isso aí a gente precisa esclarecer, porque na Bellini foi assim, e eu estou achando que nessa Rannavi é a mesma coisa. Venderam para o patrocinador um evento privado para beneficiar alguém ligado à empresa. Óbvio. Isso é o óbvio, porque uma agropecuária financiando um projeto e depois, coincidentemente...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ah, não! Não! O projeto...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - O negócio da fazenda é um negócio assim...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Desculpe-me. O negócio do projeto do interior não tem nada a ver com a Rannavi.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Não, não. Não tem a ver com a Rannavi, tem a ver com a... Eu estou dizendo que o esquema é o mesmo.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ah, pode ser. Entendi, desculpe-me.



**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ou seja, o esquema que eu quero dizer é no bom sentido, quer dizer, o cara, alguém foi lá, esse rapaz, o Adriano, deve ser bom vendedor: *“Ô empresário, olhe aqui, tem um evento bacana, a Orquestra de São Paulo posso, inclusive, apresentá-la na sua fazenda”*. Mais ou menos assim. Aí o cara: *“Não, tudo bem. Pode me botar aí que eu vou financiar o negócio”*.

Então, a condição para ele colocar o dinheiro no projeto foi que houvesse uma orquestra numa cidade, para todo mundo, de graça, e uma especificamente privada, na fazenda dele. Entendeu?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Entendi.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Para alguém especial.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, a orquestra não tocou em evento fechado, privado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Na fazenda foram três que você disse, né?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, mas todos abertos ao público. Nenhum foi privado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Mas cara, fazer uma orquestra sinfônica numa fazenda, patrocinado pelo agronegócio, não tem dúvida que tem, não combina. Não combina.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não foram três apresentações?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Três apresentações.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Três apresentações.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Entendeu? Eu não estou dizendo que é você, não! Você só é o artista. Mas o Adriano tem que checar, para ver que proposta foi que o Adriano fez para essa empresa para fazer um evento na fazenda. Entendeu?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Bom, nobre colega Parlamentar, acho que algum Parlamentar deve fazer requerimento de convocação desse Adriano, para que as explicações sejam dadas a esta CPI.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu o faço imediatamente. Solicito à assessoria que nos ajude. O problema é que nós vamos localizar o nome dele na



prestação de contas que, segundo o maestro acaba de nos dizer, está constando, Sr. Presidente — desculpe-me, que eu peguei a palavra aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Não, sem problema.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Só para colaborar com V.Exa., quero deixar isso bem claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Eu queria suscitar isso mesmo, que alguém fizesse. Eu não posso fazê-lo por estar presidindo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, faça, por gentileza, nosso assessor Saulo, em meu nome, convocando o Sr. Adriano e solicite cópias das prestações de contas em detalhes, para nós analisarmos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Essa fazenda, só para saber o nome dela, essa fazenda se chamava Colorado ou não? É por que eu fiz um requerimento de um cara da Fazenda Colorado. Você não tem em algum lugar escrito aí não, né? Fazenda Colorado?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O maestro disse que é o Grupo Colorado que foi o patrocinador.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Pô, então está aqui, cara. Então tem rolo nesse negócio. Eu tenho um requerimento já.

E quem é Marcelo Ribeiro de Mendonça? Você conhece? Eu fiz um requerimento convocando esse Marcelo de Mendonça, que é do Grupo Colorado. É da empresa. Então, ele vai poder explicar, talvez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - É o mesmo esquema.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Aparentemente...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Fazenda Colorado. É da fazenda Colorado, isso aí, então, esse evento aí que o Domingos comentou?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Não tem o nome.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Fazenda Colorado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Segundo o maestro, o grupo que patrocinou...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - É, o patrocinador.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi o único patrocinador, 1 milhão, 295?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não. Teve um de importação.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - É, teve um de importação. Mas o maior foi o do Grupo Colorado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O maior foi o do Grupo Colorado

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Um milhão? Você lembra o valor que ele patrocinou?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Um milhão e duzentos, acho.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Renúncia fiscal. Um milhão e duzentos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, foi 1 milhão e 295. Um milhão e duzentos foi o maior patrocínio que veio desse grupo.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exato.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Então, esse rapaz vai esclarecer um pouco, que é o da empresa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O Adriano, além desse projeto, trabalhou com você em algum outro projeto?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nenhum outro evento? Ele vai vir aqui, provavelmente, como convocado, sob juramento. Eu estou me antecipando só para nós termos mais dados.

O Adriano trabalhou no *Concerto com Meio Ambiente*?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - *Concerto com Meio Ambiente*.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Trabalhou como captador. Foi ele que contatou o Grupo Colorado?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu acredito que sim, Excelência.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não. Foi você?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, eu não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, eu não faço captação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi ele? Bom, porque você prestou conta. Inclusive, ele recebe remuneração por ser captador.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim. Tem as notas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, foi ele o captador?

Você tem outros captadores que trabalham com você?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Tenho vários captadores de pessoa física.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim. Nesse projeto foi o Adriano, especificamente?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Nesse projeto foi o Adriano, especificamente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E no outro projeto? No projeto *Temporada de Concertos de Orquestras Filarmônicas*, você conseguiu quase que 100% do que foi autorizado. Foram 2 milhões e 200, conseguiu 2 milhões e 44. Esse projeto teve um patrocinador também em especial, com montante maior?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu não lembro, Excelência. Acho que teve, acho que foi a Coca-Cola, se não me engano, foi a...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Esses também eram concertos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim. Foram concertos realizados.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você se lembra quantos concertos foram?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não me lembro, Excelência.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - De 2 milhões e 40, teve algum inusitado como esse da fazenda, em algum estabelecimento, em algum local?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não? Mas não se lembra onde foram feitos esses concertos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É de 2010, Excelência, não tenho memória. Eu preciso olhar a documentação disso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E o mais recente, que foi a série Filarmônica e Convidados? Esse foi mais recente, esse você se lembra?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, em 2014 talvez.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Esse foi 711 mil que você conseguiu captar?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Esse também eu consegui captação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você se lembra onde foram os shows ou os concertos? *(Pausa.)*

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Acho que foi em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Na capital?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu acho que foi na capital.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Um evento só?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, foram dois. Foram dois concertos se não me engano.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Lembra onde?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas não tem tanto tempo, maestro.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foi em 2014, Excelência.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em 2014. Concerto é uma coisa marcante, não?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu não me lembro, eu acho que foi no Playcenter. Foi aberto no Playcenter.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Quantos concertos V.Sa. faz, por ano, com a orquestra?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ah, Excelência, depende dos patrocinadores. *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Pois é, eu sei que depende, mas eu estou lhe perguntando de forma objetiva.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ano passado, eu fiz um e este ano eu não tenho nada programado ainda.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Pois é, se, no ano passado, você fez um, eu estou lhe perguntando de 2014, que você teve um patrocínio de 700 mil, você não lembra onde?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu acho que foi um concerto aberto no Playcenter, se eu não me engano, naquele espaço que era o Playcenter ali na Marginal, não lembro exatamente a data. Consta da prestação de contas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Lembra quem captou, quem era parceiro?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu preciso ver. A produção foi CRB, mas eu não lembro quem captou.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O Ministério já lhe deu alguma resposta sobre a prestação de contas?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ainda não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - De nenhum deles? Nem o de 2010, nem o de 2014, nem o de 2015?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, está em análise lá.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O.k. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Passo a palavra ao Deputado João Rodrigues, do glorioso Estado de Santa Catarina. V.Exa. tem até 5 minutos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Meu caro Presidente, Deputado Sóstenes Cavalcante, amigo e parceiro, Deputado Domingos Sávio, Solielson Guete. Rapaz, se fosse Rodrigues seria mais fácil. *(Riso.)* Rodrigues, eu já sou melhorzinho. *(Riso.)*

De qualquer forma, eu estou aqui observando. É a segunda audiência que eu participo aqui da CPI e dos depoimentos sobre o esquema, sobre a Lei Rouanet.

Parece-me, Sr. Presidente, que o Governo Federal, ao criar o *modus operandi* da Lei Rouanet, estabeleceram-se pelo País muitos escritórios. Alguns grandes e outros de pequeno porte.

Eu até sou testemunha que, quando Prefeito fui, já tive, em meu gabinete, a visita de pessoas oferecendo projetos da Lei Rouanet, inclusive buscando no comércio local da minha cidade empresas para que pudessem aderir ao projeto e patrocinarem eventos, *shows*, para feiras e expofeiras.

Então, nota-se que, segundo o *modus operandi* criado pelo Governo, as empresas se organizaram e eu vi, como o Deputado Izalci Lucas falou, que tem



gente que se especializou no banheiro químico, no transporte, na captação, no palco, no *show*, na luz, barba, cabelo e bigode. Se é condenável ou não, eu não sei, mas a forma como foi criada a operação foi essa.

Parece-me que o pulo do gato, Deputado Domingos Sávio, é que muitas pessoas usaram o dinheiro e não foi para o fim de promover a cultura. Muitos daqueles que captaram, e note-se que grandes artistas também foram beneficiados, praticaram a cobrança de ingressos em muitos eventos. E os ingressos eram elevadíssimos, pelo que se tem conhecimento.

Agora, teria que ver com o nosso convidado, o Maestro Solielson, o senhor me parece que é da empresa Colorado, pelo que vi aqui, da empresa que o senhor participa. Ah, o senhor era só maestro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A empresa patrocinou o evento.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor foi patrocinado para um evento, a empresa Colorado é que foi a patrocinadora. O senhor executou o evento e participou, conforme diz o Deputado Domingos Sávio. Evidentemente, o único questionamento que faço, e não vou me aprofundar, até porque o senhor não está aqui na qualidade de acusado, está como colaborador, pelo que me parece, o senhor obviamente já participou de vários eventos patrocinados através da Lei Rouanet. O senhor já participou disso tudo, já esteve em vários momentos.

Então, certamente, o senhor conhece as empresas ou algumas delas ou uma ou duas das maiores, que acabaram sendo especialistas no assunto Lei Rouanet, porque a Lei Rouanet tem duas coisas importantes: a aprovação do projeto, que me parece que não é tão difícil; e a captação do recurso, que é para quem tem acesso, porque tem muita gente por aí que tem projeto de milhões aprovado, mas nunca operou, porque a dificuldade é buscar o dinheiro.

E o senhor deve ter alguns projetos dessa natureza. Eu sei que no meu Estado tem isso. O que precisa se apurar, e a sua contribuição é extremamente importante, porque acho que esta CPI, Deputado Sóstenes Cavalcante, haverá de mudar a formatação da Lei Rouanet, se é que ela vai continuar existindo. Vai mudar a formatação, porque ela visa liberar recursos oriundos da contribuição de impostos de empresas, só que os beneficiados são alguns iluminados. O artista tem que ser refém de uma empresa.



Parece-me, Deputado Domingos Sávio, que muitas vezes o artista acaba se enrolando em algo indevido para poder ser aproveitado, senão não vai ser chamado para tocar e cantar em lugar nenhum, tanto é que raramente vemos falar de grandes artistas do mundo sertanejo, por exemplo, e já ouvimos alguns nomes, mas esses, se falar da Lei Rouanet, sobra patrocinador, porque todo o mundo quer estar colado a essas grandes marcas, a esses grandes produtos. Difícil é ver patrocinar o Maestro Solielson ou, então, ver a Banda Brilha Som lá da minha região, difícil é ver o artista de menor porte.

Eu acho que a CPI vai contribuir para o Governo rever a formatação do incentivo. Agora, a sua contribuição para ajudar a CPI a desvendar onde é que está o nó, que já sabemos, mas quem é que se apropriou indevidamente, é de fundamental importância.

Parece-me também, não sei se já passou aqui por esta Casa, que, num passado recente, grandes espetáculos da Lei Rouanet sempre levavam a marca da PETROBRAS. A estatal sempre teve essas marcas muito fortes, parece-me que eram sempre os *shows* direcionados. As marcas tinham o dedo e a digital de algumas pessoas, eram sempre alguns grupos que tinham isso.

De qualquer sorte, só faço essa observação, porque deu para perceber: Lei Rouanet foi criada, especialistas se formam, núcleos se criam, empresas próximas e amigas do poder que têm fácil acesso a grandes contribuintes, a grandes pagadores de impostos. E deveria ser o inverso, não é pelo projeto ou pela captação, mas pelo projeto aprovado e apresentado no Ministério da Cultura. E aí é que o Ministério deveria liberar o recurso. Seria mais decente, mais humano e mais eficaz. E o artista que precisa de apoio não teria que se sujeitar...

Eu creio que boa parte dos artistas, Deputado Sóstenes, que se sujeitou a muita coisa errada não fez isso porque queria participar e praticar erros, mas houve quem, nesse caminho, tenha dado muita nota de 10 para ficar com 2 e devolver 8.

Não sei se o senhor tem conhecimento dos fatos, se tem algo nesse sentido, mas deve saber que existe isso. Contrata-se fulano: “*Quanto é o show?*” “*Quarenta.*” “*Pegue 5 e devolva 35*”. Não sei se é, mais ou menos, nessa linha, caro Maestro Solielson. É mais ou menos assim que o senhor já ouviu falar que funciona o sistema?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - A palavra é sua, maestro, se quiser responder à indagação.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Deputado, há pessoas más em todas as áreas. Deve existir. Eu nunca compactuei com isso e nunca participei de algo...

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Nunca lhe propuseram esse tipo de coisa?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não! Não!

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Mas o senhor sabe que existe.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, que existe a gente sabe, mas a mim não chegou, não chegou isso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Mas é voz corrente que existem propostas dessa natureza.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, com certeza, infelizmente. E, principalmente, em projetos que são midiáticos. Eu estava falando no começo da sessão que tem que se criar um mecanismo para barrar, na admissão do projeto, projetos midiáticos, projetos comerciais. A Lei Rouanet é importante para projetos não comerciais, para projetos que não conseguem vender ingressos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - É para quem não tem bilheteria.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Para quem não tem bilheteria, e música erudita, no Brasil, é o caso, infelizmente, ainda. Eu tenho lutado e trabalhado para poder difundir a música erudita para o maior número de pessoas possível.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Não vai, não tem como vender.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Mas não vai. E, se não tiver lei, aí é que não vai mesmo. Se não tiver o apoio da lei de incentivo, aí é que não se faz nada mesmo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Eu só faço uma observação, Maestro Solielson, Deputado Sóstenes, para que possamos solicitar ao Governo — se for o caso, eu envio um ofício — a informação de quantos milhões a Lei Rouanet captou e distribuiu para os artistas ou para as empresas. Quanto de dinheiro de impostos chegou às mãos das empresas?

Por que eu faço essa referência? Só para uma observação, o maestro falou de algo extremamente importante. Existem muitos artistas talentosos que não têm público, a não ser meia dúzia, 150 ou 200 aficionados. E o circo? Cadê o nosso



circo? Não tem lei nenhuma que proteja o circo, não tem nada e nem apoio de ninguém.

Então, acho que este é o momento de, através desta CPI, mudar a regra do jogo e a forma de distribuição, selecionando os projetos, barrando as grandes bilheterias e permitindo recurso para o nosso talento qualificado, especificado e comprovado. Claro, não pode ser para qualquer um, mas é preciso permitir um espaço também para o teatro mambembe, para o artista circense e, obviamente, como diz o maestro, para grandes talentos que não têm espaço para se apresentar hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Nobre colega Deputado João Rodrigues, com certeza, conforme já tem sido noticiado pela imprensa, há uma revisão inicial com normativas do Ministério da Cultura na gestão atual do Ministro Roberto Freire. É lógico que esta CPI e, em especial, o nosso Relator estão se debruçando sobre a matéria.

Desde o início, na condição de um dos autores do pedido para a criação da CPI, fui muito claro que, ao final, espero trazer a contribuição de um texto para evitar um erro gravíssimo, somado a esses erros que V.Exa. acabou de dizer, que é a empresa usar o tributo que deveria ser pago ao erário, para fazer um evento para ela mesma. Aparentemente, pode ter acontecido isso até nesse projeto falado pelo maestro — não sabemos ao certo. Mas já é notório que empresas deixam de pagar tributos para fazer eventos em que promovem os próprios nomes. Isso é algo que exige urgente revisão da lei, porque é inaceitável. A PETROBRAS, por exemplo, promove um evento X, com propaganda do nome para tudo que é lado e deixa de pagar tributos. Isso é algo inaceitável, do meu ponto de vista. Ao final, espero que o Relator possa, entre tantos pontos, fazer essa correção.

Agradeço aos Parlamentares a participação nesta nossa reunião.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Presidente, só uma colocação, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Sim, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Presidente, eu já solicitei à nossa assessoria que providencie o requerimento convocando o Sr. Adriano. Estou solicitando também que formalizemos um pedido às empresas públicas, às



empresas estatais — Banco do Brasil, PETROBRAS, etc. — para que nos forneçam um relatório, em caráter de urgência, de todas as participações com renúncia fiscal nos últimos 10 anos, com valores superiores a 500 mil reais, para que nós tenhamos, pelo menos, um parâmetro para uma última análise com relação a isso.

Eu gostaria de propor a V.Exa. que convocasse uma reunião para amanhã, para que pudéssemos apreciar esses requerimentos e algum outro que possa ser importante para outros colegas.

Finalmente, quero insistir...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Inclusive o Fábio e o Fernando, Deputado Domingos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim, as convocações do Sr. Fábio e da Sra. Leni.

Quero, mais uma vez, solicitar ao Maestro Solielson Guete que possa se empenhar. Obviamente, ele tem vários contatos no meio cultural e pode nos ajudar. Vou deixar o meu celular disponível com V.Sa.

O propósito desta relatoria é, além de investigar e identificar eventuais ilícitos, construir alternativas mais seguras para Lei Rouanet. V.Sa. veio aqui como convidado, nos trouxe algumas informações; outras, ficamos na dúvida, como essa a respeito da Sra. Leni e do marido. Como são pessoas que usaram o seu nome, eu acho que contribuiria para o nosso relatório, tendo como de absoluta boa-fé a declaração de que V.Sa. teve o seu nome usado, sem o seu consentimento, se nós pudermos confirmar isso com essas pessoas.

Eu acho que é importante para o trabalho, mas, como Relator, eu estou tendo a sinceridade de antecipar isso a V.Sa. Não que eu esteja antecipando meu veredito. V.Sa. sabe que esta CPI tem, por força constitucional, o poder que é atribuído à Polícia Judiciária, ou seja, nós estamos conduzindo aqui um inquérito. Isso não é uma mera audiência pública, isso é um inquérito — equivale a um inquérito que se antecipa a qualquer processo judicial. E eu não quero cometer nenhuma leviandade. Então, eu não posso concluir que V.Sa. teve seu nome usado, sem que houvesse nenhum consentimento da sua parte, sem ouvir as outras pessoas, sem ouvir a pessoa que fez efetivamente isso.



É importante para os trabalhos desta Comissão e é importante — acredito eu — até para sua defesa, por assim dizer. Embora V.Sa. não esteja sentado aqui como acusado, nós tivemos esse cuidado porque pressentimos que poderia ter ocorrido isso. Mas V.Sa. há de convir que o seu nome consta de projeto, além de ser o responsável por uma entidade que tem várias captações dentro do Ministério. Então é muito salutar que possamos contar, de fato, com sua colaboração. Uma das maneiras seria nos indicando como encontrar essa pessoa que V.Sa. conhece e que tomou essa liberdade, ou cometeu esse abuso de colocar o seu nome num projeto que está sob investigação por parte desta Comissão.

São essas as considerações, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria que fosse garantida a resposta às minhas indagações. Assim que eu fiz as indagações ao maestro, fui seguida pelo Deputado Izalci e, depois, pelo Deputado João Rodrigues, que falaram quase simultaneamente com ele, como que num diálogo. Mas o maestro não respondeu às minhas indagações.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Desculpe. V.Exa. tem razão.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Solicitamos que, nas considerações finais, ele possa responder à nossa querida colega, a Deputada Raquel Muniz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - V.Sa. está lembrado da pergunta?

Eu passo a palavra ao nosso convidado, Maestro Solielson, para suas considerações finais, e peço que aproveite e responda o questionamento da nossa querida Deputada.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Obrigado, Sr. Deputado.

Deputada, V.Exa. tinha falado sobre a vida do músico no Brasil, sobre as dificuldades profissionais e de espaço que nós temos.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Sim. Como, dentro do projeto, eles são tratados, como eles são remunerados, já que há um aporte de recursos aplicados? Como isso chega até os músicos?



E, também, por meio da sua fala aqui hoje, nós gostaríamos de saber como podemos orientar as pequenas orquestras espalhadas pelo Brasil e que não conseguem ter acesso a esse recurso. O que devem fazer para que possam ter acesso a esse recurso de maneira adequada, e não como aconteceu com o senhor que teve o nome usado em projetos sem o seu conhecimento?

O senhor está tendo a experiência de estar aqui, numa CPI, como convidado ainda. Esperamos que continue assim, depois que isso for esclarecido, após as outras audiências.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Quando se faz o orçamento, faz-se mais ou menos um cálculo, de acordo com o repertório de cada espetáculo, a quantidade de ensaios e dificuldade técnica. Em São Paulo, temos músicos de grande capacidade técnica. De acordo com os valores, quantidade de ensaio, quantidade de espetáculos, é calculado o valor global do custo da orquestra. Esse custo é repassado, é pago por espetáculo, somando os compromissos de ensaios e concertos.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Isso consta da prestação de contas?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

Com relação às orquestras mais do interior — esse é um problema da lei que temos hoje —, é a questão de visibilidade. No caso das empresas que patrocinam, ou elas patrocinam por atuar naquele local, para dar uma contrapartida à sua praça, à comunidade local, ou por interesse de visibilidade da marca junto ao projeto.

Por isso acontece, muitas vezes, de projetos que são comerciais, que são midiáticos, terem mais facilidade de fazer a captação do que projetos que não têm visibilidade. Então, essa é a maior diferença dos grupos sinfônicos, dos pequenos grupos de orquestras de câmara, na área de música erudita, para conseguir a captação. Infelizmente, no Brasil, há uma falha na formação do cidadão, na educação, pois deveria ter a disciplina música.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Mesmo com essa dificuldade dos grupos sinfônicos, você até já se esqueceu de alguns projetos em que foi patrocinado. Nem lembra corretamente. Foram muitos — não é?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Nós temos vários projetos que não foram captados inclusive, que não conseguimos captar, por causa da visibilidade, por



causa dessa dificuldade. Nós conseguimos patrocínios pontuais, apesar do valor, foram coisas pontuais. Mas a maior dificuldade hoje é a falta de visibilidade que a música erudita tem na mídia. Às vezes, eu procuro fazer concertos abertos ao público, como o que fizemos em novembro. Eu procuro inserir no contexto sinfônico repertórios que as pessoas estão acostumadas a ouvir, para atraí-las e para fomentar a música de concerto. Essa é a minha intenção. Mas o maior problema da captação de recursos hoje é o da visibilidade. Ou você tem visibilidade, ou tem de oferecer uma contrapartida para a comunidade local do patrocinador.

Espero que eu tenha respondido à sua questão.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Se V.Sa. quiser, pode fazer suas considerações finais. Desde já, agradecemos a sua participação. Temos clara noção de que a sua vinda foi muito importante como contribuição, para esclarecimentos.

Na condição de Presidente, honestamente, assim como a maioria dos Parlamentares, ficamos assustados com essa brecha na lei. Não estou falando que é um ato ilegal, até porque, para apresentar um projeto não é preciso definir a localização do projeto, basta a região. Mas fazer um projeto dessa envergadura, com essa importância, em uma fazenda, realmente é algo que me causou muita estranheza. Considero essa uma brecha grave na lei e que precisa ser revista. Para que um projeto seja aprovado, deverá ser dito onde ele será executado, para que se evite o que aparentemente aconteceu com o projeto em que V.Sa. foi o maestro, em que o dono de uma fazenda se aproveitou da lei para não pagar tributos e fazer em sua própria fazenda um recital. É algo inimaginável, se foi isso mesmo que aconteceu.

Concedo-lhe a palavra para suas considerações finais, desde já, agradecendo a sua importante participação aqui.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados. Agradeço a V.Exas. o convite. Espero ter esclarecido algumas questões. Estou à disposição de V.Exas. para colaborar de alguma forma, quando necessário.

Voltando a falar sobre...



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Permita-me, maestro. Como V.Sa. acaba de dizer que está à disposição, eu penso que talvez tenhamos até de chamá-lo aqui novamente. Eu estou solicitando o detalhamento desta prestação de contas.

O senhor disse que fez três concertos na Fazenda Colorado, ou melhor quatro concertos, um na cidade e três na fazenda. V.Sa. poderia nos dar um pouco mais de detalhe desses três concertos? No mesmo palco, na mesma fazenda, 3 dias seguidos? Como é que foi isso?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Nós fizemos três concertos seguidos. A estrutura estava montada.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Três dias seguidos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exato.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor se lembra dos dias da semana?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sexta-feira, sábado e domingo, se não me engano. Ou quinta-feira, sexta-feira e sábado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não lembra o dia exato?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não lembro exatamente. Mas eu tenho um programa de concertos e posso consultá-lo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas eram três concertos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso. Eu tenho isso no programa de concertos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Com todos os membros da filarmônica? O senhor me falou que é algo em torno de 50 músicos. Esse pessoal participou de todas as vezes ou variou? Um dia eram alguns músicos, no outro dia eram outros? Foi a orquestra filarmônica completa?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Os 3 dias?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Os 3 dias.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ficaram hospedados na fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não. Eles ficaram hospedados em Ribeirão. Aliás, nesse concerto, foram músicos locais. Eu contratei músicos locais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor contratou músico local de onde?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - De Ribeirão Preto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Como é que o senhor ensaiou com esses músicos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ensaiei lá, na semana.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Na véspera só?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Com quatro ensaios, a gente resolve o problema de ensaio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Com quatro ensaios...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim. Isso é técnica

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Com quatro ensaios, o senhor faz com que uma filarmônica seja preparada para um projeto de 1,2 milhão de reais em recursos captados na Lei Rouanet?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Quatro ensaios para esses concertos?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Quanto o senhor pagou para cada músico?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ah, não lembro, excelência. Preciso ver a prestação de conta.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas eu estou perguntando. Eu vou pegar, mas eu quero saber do senhor, porque foi o senhor que contratou os músicos.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, mas não sou eu diretamente que contrato.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor é que responde pela entidade. O senhor é o presidente da entidade.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor tem o poder de decisão. O senhor que captou. Pode ter havido um contratado que ganhou uma comissão, mas quem responde juridicamente por R\$1.295.000,00 de dinheiro público é o senhor. Então, o senhor é quem sabe quanto vai pagar ao músico.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Excelência, eu vou falar mais ou menos o que está no projeto. Acho que são R\$1.200,00. É o que está dentro da tabela que o Ministério autoriza: R\$1.250,00 por músico, por concerto.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor me disse que a sua filarmônica opera com 50 músicos. A fazenda em que o senhor fez esse evento é na cidade de...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Orlândia, no interior.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor arrumou 50 músicos de orquestra em Orlândia e os contratou?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Os músicos não são de Orlândia, os músicos são...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor disse que os contratou lá.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - De Ribeirão. Os músicos atuam... Tem uma orquestra em Ribeirão Preto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Bom, mas o projeto foi aprovado para uma apresentação da Orquestra Filarmônica São Paulo.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exatamente. Eu, para reduzir custos, contratei músicos no local, para não ter hospedagem, para não ter transporte.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, deixa de ter sentido falar em Orquestra Filarmônica São Paulo. Orquestra filarmônica para mim, até onde eu entendo, maestro, não é só uma pessoa jurídica, não. É uma orquestra com músicos.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É um corpo artístico.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Agora, eu vou fazer um projeto, então, eu contrato lá na cidade. O senhor vê isso com naturalidade? Isso não é uma burla? Eu apresentei um projeto para apresentação de uma orquestra. Essa orquestra é composta por músicos, que são os membros dessa orquestra. Aí, aprovo, capto R\$1.290.000,00 e eu contrato músicos?!

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Correto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Como é que eu vou fazer a seleção desses músicos? Qual é o naipe desse músico, qual é o daquele? Como é que eu vou organizar isso? Agora, estou mais chocada do que o fato de ser numa fazenda.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Deputado, é uma questão técnica. Eu conheço tecnicamente a questão e sei quais os músicos que estão capazes de executar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Isso é normal?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - É normal.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor, como maestro, entende que isso é normal. Quer dizer que a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, que eu acompanhei...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Claro que é fixo.

O senhor não tem músico fixo?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não tenho músico fixo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, posso dizer que a Orquestra Filarmônica São Paulo não existe em matéria de ter um quadro de músicos. Eu antes havia perguntado ao senhor se eles eram funcionários. O senhor disse que não, que são pessoas que compõem a orquestra e que o senhor paga... Agora, quando o senhor teve um evento, que era a oportunidade de essas pessoas que trabalham com o senhor terem uma remuneração, elas não foram? Eu não estou conseguindo entender a lógica disso.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, excelência. Ninguém trabalha fixo comigo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, não existe uma orquestra sinfônica?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Um corpo fixo não existe.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não existe um corpo fixo da orquestra sinfônica. O senhor, cada vez que vai fazer um espetáculo, faz um chamamento.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Você arregimenta, exatamente — exatamente. Mesmo porque a orquestra não tem condições...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, desses vários projetos que a orquestra filarmônica captou, você, a cada vez, ia ao mercado e procurava alguém para tocar?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, você arregimenta os músicos necessários para aquele concerto específico.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Voltando aos 3 dias na fazenda, os 3 dias na fazenda foram com músicos que você contratou em Ribeirão Preto para irem lá tocar?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Correto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você me disse que era algo próximo de 300 pessoas.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - De 300 a 600 pessoas em cada concerto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não havia como o público dessa fazenda ou das imediações assistirem a um *show*? Tinha de fazer 3 dias seguidos? Eram as mesmas pessoas? Assistiram hoje, aí voltam para assistir a sinfônica, amanhã de novo? Assistem na sexta-feira, no sábado e no domingo — é isso?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Repertórios diferenciados em cada concerto. Não foi o mesmo repertório. Nosso espaço não tinha como receber todo mundo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você está me dizendo que cada concerto tinha um repertório — é isso?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você contratou músico, na véspera...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não foi na véspera.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você disse foram 4 dias de ensaio.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Uma semana, 4 dias de ensaio...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em 4 dias de ensaio, você ensaia repertório para três concertos? Porque você está me falando de três concertos distintos, maestro. Espera aí! Ajude-me um pouquinho. Eu não preciso ser músico formado para entender que a qualidade da música requer um mínimo de ensaio.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Com quatro ensaios, prepara-se um repertório. Com músicos de qualidade, faz-se o repertório que propus para aqueles concertos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Existem gravações dessas apresentações?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, porque nós não tínhamos gravações previstas. Nós tínhamos documentação fotográfica somente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor listou o nome dos músicos na sua prestação de contas?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não que eu me lembre. Eu acho que não.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Como é que eu vou localizar esses músicos? Eu agora estou curioso. Eu vou querer localizá-los. Nós vamos talvez até lá fazer uma visita. Eu estou achando que nós estamos diante de talentos fora da média: alguém que faz, na sexta-feira, um concerto, no sábado, outro concerto, no domingo, outro concerto e que teve alguns dias para ensaiar, para se preparar e para se encontrar com outros músicos.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foram quatro dias.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor pode nos dar a relação desses músicos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Posso, posso. Posso procurar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Naturalmente, o senhor pagou os músicos, e eles têm de ter dado um recibo para estar na prestação de contas.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, deve ter. Eu não lembro exatamente como foram feitos os pagamentos, porque o item não é músico individual, mas orquestra. Então, a orquestra deve ter pago.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ah, o senhor mesmo assinou o recibo pela orquestra?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso, e aí pagamos os músicos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas não há recibo do pagamento dos músicos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Deve ter recibo individual. Preciso procurar isso, depois.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Tem que ter! Tem que ter! Nós estamos falando de dinheiro público!

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, o dinheiro que saiu do projeto foi usado, tanto que o projeto foi executado, e eu tenho o recibo da orquestra no projeto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Olha, eu quero dar toda oportunidade para que o senhor traga para nós essas informações com a maior clareza.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, claro!

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu estava surpreso com o fato de o concerto ter sido realizado numa fazenda do patrocinador, ao que tudo indica.



Agora, saber que foram três concertos seguidos, com repertórios diferentes, com mesmo público, com músicos que não fazem parte do corpo de músicos da orquestra, que foram simplesmente contratados... Se não ficar provado, com o nome dos músicos, nós podemos estar diante de uma situação com indícios muito fortes de que há uma fraude com relação à realização de um projeto, com a execução e a utilização de R\$1.295.000,00. Não estou acusando o senhor, mas estou dizendo que só vou me convencer de que o dinheiro público foi bem utilizado se tivermos o nome desses músicos, a confirmação desse espetáculo. Ainda assim, o Ministério da Cultura ficará encarregado de verificar a legitimidade de isso ter sido realizado numa propriedade particular, numa propriedade do dono da empresa, que não patrocinou o evento com recurso próprio da empresa. Se a empresa quiser fazer lá para meia dúzia com recurso próprio, tudo bem, que faça o que quiser. Mas com 1,2 milhão de reais, com dinheiro que ela ainda teria a obrigação de pagar imposto e deixou de pagar, isso para mim não tem outro nome senão crime com dinheiro público.

Então, eu não o estou acusando, mas estou deixando isto muito claro, como Relator: se eu não tiver os documentos que comprovem o pagamento desses músicos, a lisura dessas operações, nós estaremos diante de uma situação muito clara de que o dinheiro não foi aplicado da maneira como se previa.

E eu deixo a oportunidade a V.Sa. que faça a comprovação disso...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Claro...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - ...enviando-nos cópias desses recibos, que V.Sa. já me antecipou que não estão na prestação de contas. Peço que nos envie cópia dos recibos, nos envie documentação das filmagens, ou das fotos da realização desse evento...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Correto...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - ...sob pena de nós termos aqui um farto indicativo de desvio de dinheiro público, com todo respeito que tenho por V.Sa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Antes de encerrarmos, o Deputado João Rodrigues quer voltar a ter a palavra.

Eu gostaria também de alertar algo ao Relator a respeito dessa prestação de contas apresentada ao Ministério da Cultura. Eu fui produtor de eventos durante alguns anos na vida e digo que uma coisa é contratarmos um palco, apresentarmos



um projeto para fazer três *shows* para montagem e desmontagem de três palcos. Outra coisa, com outro valor, é contratarmos uma empresa para montar palco, som, iluminação etc. e fazermos um evento, num mesmo lugar, durante 3 dias. Assim o custo cai, no mínimo, 50%. Isso também há de ser observado nessa prestação de contas.

Eu já alerto aqui aos assessores do Ministério da Cultura, haja vista essa prestação de contas ainda não estar aprovada. Só deixo o alerta para aqueles técnicos que virão.

Deputado João Rodrigues, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Eu gostaria de voltar ao maestro, porque o Deputado Domingos Sávio levantou uma situação extremamente grave, extremamente preocupante. Eu gostaria que o maestro prestasse atenção.

Pelo que consta, voltando à situação levantada pelo Deputado Domingos Sávio, essa apresentação foi numa fazenda.

Peço ao senhor, por favor, que use o microfone.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Desculpe, excelência.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Foi numa fazenda?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foi no interior...

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor sabe o nome da localidade?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor sabe o nome da propriedade? Sabe o nome do dono da propriedade onde o senhor se apresentou?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, não sei.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor sabe em que Município foi?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sei.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Em que Município foi?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Orlândia.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Orlândia.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso.



**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - A quantos quilômetros do perímetro urbano da cidade? O senhor tem ideia?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Uns 30 quilômetros.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Uns 30 quilômetros. Mas, na prestação de contas, consta o nome da propriedade ou não?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Essa propriedade a que o senhor foi é uma propriedade típica para eventos, *shows* ou é uma propriedade rural?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Propriedade rural.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Então lá não há essa tipicidade para eventos e para *shows*?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Então, aí nós temos um problema, conforme o Deputado Domingos Sávio falou. Existem muitas áreas rurais que são propícias para *shows*: casas de *shows*, eventos... Então, é uma propriedade rural que curiosamente...

Para quem o senhor se apresentou? Era o dono da propriedade?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não sei, eu apresentei para o... Eu cheguei lá e fiz um concerto para um público aberto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor fez um concerto para um público aberto.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Quem foi o contratante?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, a própria orquestra. A orquestra recebeu o patrocínio e foi fazer... Executar...

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - A orquestra... Qual é o nome da orquestra?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Orquestra Filarmônica.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Filarmônica de...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Orquestra Filarmônica São Paulo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Orquestra Filarmônica São Paulo é propriedade de quem?



**O SR. SOLIELSON GUETE** - Da Associação Orquestra Filarmônica.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - De São Paulo?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não é propriedade, ela é uma associação.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Mas tem que ter um presidente.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Quem é o presidente?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sou eu.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor é o presidente. Existe endereço fixo dela e CNPJ?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim, está tudo aqui. Existe.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Sobre essa Orquestra Filarmônica São Paulo, quantos músicos fazem parte dela?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ela não tem músicos fixos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Não tem nada, o senhor só tem um documento dizendo: Orquestra Filarmônica São Paulo...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso!

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - ... da qual amanhã eu posso fazer parte se quiser?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não! (*Risos*).

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Se o senhor quiser me contratar para tocar bumbo, eu me torno membro!

Bom, o senhor contratou os músicos na cidade em que foi tocar.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não na cidade, eu contratei em Ribeirão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Em qual cidade o senhor os contratou?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Em Ribeirão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Ribeirão Preto?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Quantos músicos o senhor contratou em Ribeirão?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Cinquenta.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Cinquenta.



Quais eram os instrumentos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Uma orquestra...

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Mas quais são? Por favor, cite-os.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Violino, violoncelo, contrabaixo...

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Quantos violinos, mais ou menos, acompanharam a orquestra?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ah, acho que, naquela formação, nós tínhamos dez...

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Dez violinos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Uns dez, oito... No primeiro, foram dez. No segundo...

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - A contratação era feita como? Por anúncio em televisão, rádio, jornal, contato telefônico?

Quem era o seu contato para contratar os músicos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Um arregimentador contrata, entra em contato com os músicos de fora e arregimenta o grupo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor tem o nome de uma pessoa que foi o arregimentador?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim!

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor pode citar o nome?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - José Maria.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Não, José Maria é muito vago.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - *(Riso.)* José Maria... Eu tenho o nome. Mas aqui, agora, eu não tenho.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - É para contratar uma orquestra.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É. É um arregimentador.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor disse a ele: *"Saia pela cidade, contrate uma orquestra e me traga"*. É isso?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Ele é músico e conhece...

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Conhece?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É, ele conhece os músicos. Ele é músico também, ele toca nas orquestras da região.



**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Então, rapidamente, formava-se a orquestra...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor só não sabe o nome dos músicos?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não lembro agora, eu tenho a lista.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Nem o registro desses músicos o senhor tem?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Tenho desse arregimentador e tenho... Devo ter os recibos, preciso procurar isso na documentação.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Isso consta da prestação de contas?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Na prestação, consta o recibo da orquestra, do projeto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - A localidade em que o senhor fez a apresentação, nessa propriedade rural, na qual o senhor foi contatado para se apresentar pela Lei Rouanet, quem fez a solicitação para que o senhor fosse se apresentar naquele local?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foi-me sugerido que eu fizesse o concerto no interior, eu achei interessante e fui fazer.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Quem disse isso? Quem sugeriu?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - O captador, o produtor...

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Ele sugeriu que fosse numa área rural?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É, exato.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor vislumbrou a propriedade de alguém? O senhor manteve contato?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exato.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Com quem o senhor...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Com a propriedade, não. Com a propriedade, eu não tive contato, eu fui lá e fiz o trabalho.



**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Mas quem é que disse que era ali? Alguém falou: “*Olha, essa propriedade é do Pedro, do Paulo e do José, o senhor se apresente...*” Alguém tem que ter feito esse contato!

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Então, foi o captador. Eu falei o nome dele: o Adriano.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O Adriano é quem tem o contato da propriedade rural.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu posso convocá-lo para vir aqui.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Ele falou: “*Maestro, tem um...*”

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - A importância de convocá-lo é... Quanto à localização dessa comunidade, quantos moradores, numa área de 5 quilômetros, o senhor presume que deva ter nessa localidade?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu não tenho ideia, excelência. Não sei.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Não tem ideia? Mas era muito pouca gente?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Tem a cidade. A gente anunciou nas cidades locais. A gente anunciou em Orlândia, a gente anunciou em Ribeirão...

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Anunciou nos Municípios que na fazenda tal...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Exatamente. E no dia tal ia ter um concerto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Três apresentações distintas.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Isso. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Agora eu vou concordar com o Deputado Domingos Sávio. Eu não sou músico, mas conheço muito da área. O senhor pegar músicos dispersos, em 4 dias...

Só para me tirar uma dúvida: quantas peças musicais eram apresentadas por concerto?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Eu tenho isso no programa, excelência.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Quanto tempo deu?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foi uma hora.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Uma hora?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Foi 1h15min de concerto.



**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Em 1h15min de concerto, no mínimo, 30 músicas eram apresentadas.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não, depende.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Vinte?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - A abertura sinfônica dura 12 minutos, 15 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Uma apresentação?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Uma abertura sinfônica.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Vamos falar de 15 músicas, mais ou menos.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Quinze músicas mais ou menos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Sendo razoável.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Então, com 15 músicas diferentes por dia, são 45 músicas.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Não foram 45, foi um repertório diferente, mas algumas talvez... Foram vinte e...

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Vamos falar de 30 músicas, então, em 3 dias. Músicos que nunca tocaram juntos, o senhor os contrata, forma uma orquestra, faz três apresentações numa mesma localidade. Músicos de banda de *rock*, de forró, em 5 minutos, saem tocando num baile. Agora, uma orquestra sinfônica é algo complexo: as partituras, as notas...

**O SR. SOLIELSON GUETE** - É complexo, excelência, mas a gente consegue preparar em quatro... Pode perguntar para outros maestros que a gente consegue preparar, com músico qualificado, esse repertório. Eles estão acostumados a tocar isso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - O senhor tem por costume, então, a facilidade de contratar músicos por onde anda para fazer tais apresentações?

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Não. Eu sempre... Os maiores concertos... O maior número de concertos é em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Eu vou finalizar. Deputado Sóstenes e caro Deputado Domingos Sávio, sem colocar em dúvida se o depoente,



o colaborador está nos faltando com a verdade ou não — eu não quero colocar isso —, mas aqui está comprovado que ele não tem uma orquestra. Ele tem um documento. Então, isso por si só deixa uma dúvida grande.

Eu conheço um pouquinho, o nobre colega também conhece e, quando se fala de uma orquestra, o que se deduz, no mínimo? É um grupo de profissionais que se encontra, no mínimo, uma vez por semana para fazer ensaios, para esporadicamente, quando contratado, fazer suas apresentações em bailes de gala, teatros, eventos.

Agora, raramente, é a primeira vez que eu ouço isso sobre uma orquestra. Até em banda musical, até em um conjunto de baile, para substituir um músico já é difícil, imagina trocar 50. Em qualquer grupinho musical, com zabumba, sanfona e um triângulo, para trocar um músico não é tão simples assim.

Mas eu quero dizer, maestro, como o senhor mesmo disse: "*Não dá para duvidar da sua qualidade profissional*". Agora, está um pouco estranha a sua informação.

Eu recomendaria, se houver algo que o senhor queira acrescentar hoje para contribuir... Eu vejo que o senhor é uma pessoa do bem, que pode ter algum probleminha aí no montante da contratação. O senhor sabe que a mentira de hoje não consegue vencer amanhã. Na terceira curva, nós já vamos pegar esse assunto do senhor com prioridade. Aí nós vamos chamar quem intermediou, depois o dono da propriedade. Se necessário for, faremos uma visita *in loco*. Por fim, pegaremos o nome de todos os músicos. Aí não vai parar nunca.

O ideal seria daqui a pouco o senhor — se não quiser fazê-lo aqui, pode ser em *off* — prestar qualquer informação que possa lhe ajudar e contribuir com a CPI.

Presidente, eu me dou por satisfeito e estou na linha do Deputado Domingos Sávio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Eu vou passar a palavra ao maestro, para que faça as suas considerações finais.

Apesar de V.Exa., Deputado João Rodrigues, falar que não é músico, eu sou músico. Eu sou músico e o meu instrumento de cabeceira é violão. Fiz conservatório de música. Nunca toquei em orquestra, mas até ajudei em orquestras de igrejas, não como maestro, mas ajudante do maestro principal. Eu realmente também fico



surpreso com a capacidade de uma orquestra se organizar com tão pouco tempo. Como músico, eu digo isso.

Sei que o senhor deve ter pegado os músicos com inteira facilidade de leitura de partitura, mas a harmonia, no mínimo — no mínimo! — como músico, eu acho que, com quatro ensaios, ela não sai da forma melhor possível. Mas tudo bem, não estou aqui para julgar o conteúdo, porque não ouvi o conteúdo harmônico da apresentação.

Nós estamos aqui para ver os fatos. Acho que o Relator já foi muito claro. O Ministério tem um papel a cumprir, haja vista que a prestação de contas está em aberto. O Ministério vai fazer o seu papel; a relatoria está aqui para fazer o dela também.

Na condição de Vice-Presidente da CPI, hoje no exercício da Presidência, por ausência do Deputado Alberto Fraga, eu quero agradecer a sua presença e deixar que faça suas considerações finais para encerrarmos a nossa reunião.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Obrigado, Deputado. Agradeço essa oportunidade de esclarecer algumas coisas sobre a lei. Acredito que têm que ser feitas algumas melhorias.

Eu posso, Deputado... Eu me esqueci o nome dele...

**(Não identificado)** - Deputado João Rodrigues.

**O SR. SOLIELSON GUETE** - Deputado João Rodrigues, eu digo a V.Exa. que falei a verdade dos fatos, até onde eu sei. E fiz o meu papel de artista, de levar música para os lugares em que eu acreditava. Sem um projeto como aquele, aquela região possivelmente não teria contato, aquela comunidade não teria contato com música de concerto, com a presença de uma orquestra pronta.

Tecnicamente, Deputado Sóstenes Cavalcante, também trabalhei muito em igreja. Meu início de formação foi numa igreja. Tecnicamente, para um músico de alta capacidade técnica, que já está acostumado a tocar aquele repertório, é plausível preparar-se de maneira tão rápida. Isso eu garanto a V.Exa., tecnicamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - O meu questionamento não foi quanto à técnica, mas quanto à harmonia. Como V.Sa. é músico, entende o que estou falando sobre quatro ensaios para uma composição harmônica, dentro do que é métrica musical.



**O SR. SOLIELSON GUETE - Correto.**

Então, é isso. Eu estou à disposição, Deputado, no que eu puder colaborar. Os meus projetos estão abertos, estão disponíveis. Eu sempre prezei pela transparência, pela minha honestidade. Perdi patrocínios alguns, por ser muito exigente na relação com empresários que tiveram interesse em meus projetos. Procuro trabalhar dentro da mais pura verdade.

Eu, como artista, quero levar a arte de alguma forma e fomentar a música de concerto. Quando foi fundada a orquestra, a ideia era, a princípio, trabalhar com a lei de incentivo e, depois, com a orquestra conhecida, tirar e trabalhar, como funciona em Nova Iorque, como funciona em Berlim, somente com doações da iniciativa privada, independente de lei de incentivo ou não. Infelizmente, não conseguimos, por falta de recursos, criar uma temporada fixa, uma temporada contínua, uma temporada anual para que houvesse essa possibilidade de tirar dos nossos projetos a lei de incentivo. Gostaríamos... Eu acho que quanto menos onerar o Estado, melhor; quanto menos contar com recursos públicos, melhor. Mas há manifestações de artistas em que se faz necessário esse apoio. Apesar de saber que é o único... Se eu não me engano, eu acho que é o único país que têm lei de incentivo. Nos Estados Unidos, há uma lei que permite a doação para entidade não governamental, sem fins lucrativos, mas não tem uma lei específica para a arte. Eu acho que é o único país que se preocupa com isso. Eu acho importante ter, mas, na minha cabeça, eu sempre quis não contar com isso. Logicamente, é uma carta na manga, no sentido de conseguir os recursos para que se viabilize um projeto de música erudita.

Eu estava até tentando fazer um projeto chamado de temporada *premium*, que não tinha... A princípio, se vocês olharem no nosso *site*, não tem benefício de lei. Mas devido à dificuldade de se conseguir sem os benefícios, apresentamos um projeto que está na lista, que não foi captado, mas está em aberto.

Eu sempre lutei e trabalhei para que a arte ficasse independente do Estado. Até na minha cidade, quando às vezes sou convidado para falar sobre isso com o Secretário ou com algum agente de cultura, eu sempre falo, quanto menos dinheiro público em arte, melhor. É como o Deputado tinha dito: ficamos reféns — não é o



meu caso —, às vezes, do patrocinador, ou de alguém que mantém, ou do Estado também.

Eu acho que quanto mais tirar a arte do ombro do Estado é melhor, porque isso evita esses problemas de desvio de dinheiro público. Enfim, essa é a minha opinião.

Agradeço a V.Exas. Obrigado por todo o respeito à minha pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Somos nós que agradecemos, Maestro Solielson.

Algumas áreas da cultura brasileira precisam e precisarão sempre da ajuda do Estado, apesar de entender que V.Sa. preferia não a ter. Como não tem o mesmo apelo de público, o mesmo apelo popular, é aí onde entra a função do Estado. Eu tenho clareza disso.

A nossa dúvida e a função desta CPI é justamente evitar que, por conta dessa necessidade, que é clara, óbvia, alguns com má-intenção desvirtuem o objetivo final de uma lei tão valiosa quanto a Lei Federal de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando as Sras. e os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se, amanhã, dia 22 de março, às 14h30min, no Plenário 7, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para deliberação de requerimentos.

Obrigado a todos os presentes. Obrigado aos Deputados. Obrigado a todos aqueles que nos acompanharam pelos diferentes meios de comunicação desta Casa.

Está encerrada a presente reunião.